



Departamento de Ciências Políticas e Políticas Públicas

Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção

Cristina Branca Claro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração Escolar

Orientadora

Doutora Susana da Cruz Martins, Professor Auxiliar Convidado

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

JULHO de 2017

“A realidade é melhorada não por se fazer muito, mas por se planear uma acção significativa que propicie de forma ótima a mudança e melhoria dessa realidade” (Serrano,2008: 13-14).

Agradecimentos

À Professora Doutora Susana da Cruz Martins, pelos conselhos sábios e objectivos, pela orientação empenhada, visão crítica e oportuna, um empenho inexcedível e saudavelmente exigente, os quais contribuíram para me enriquecer, com grande dedicação e pela motivação demonstrada através da crença na minha capacidade para realizar um trabalho com valor.

A todos os professores que ao longo de dois anos me transmitiram os seus sábios conhecimentos.

Ao meu filho, Duarte Constantino, que amo incondicionalmente e que veio dar um novo colorido à minha vida, espero doravante compensá-lo das horas de atenção e brincadeira que lhe devo. Foi ele o meu grande estímulo que com orgulho sempre me acompanhou e ajudou nesta caminhada.

Ao meu pai (*in memoriam*) que muito orgulho teria de me ver alcançar mais um objetivo pessoal e profissional.

À minha família, particularmente mãe, irmão, cunhadas, sobrinhos e prima Sónia Onofre que me souberam incentivar.

A todos os meus amigos que sempre me motivaram, ajudaram no que foi possível e que não me deixaram desistir, em especial Ana Teixeira, Ana Alegre, Gisela Roncon, Agata Cartaxana, Maria João Loureiro, João Guerra e Carla Rosa.

A todos os outros que estiveram presentes nesta caminhada e que colaboraram de uma forma indireta na concretização deste sonho.

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo e Palavras chave	viii
Abstract and Keywords	viii
Índice	iv
Índice de Quadros	v
Índice de Figuras	vi
Índice de Gráficos	vi
Glossário de Siglas	vii
INTRODUÇÃO	1
II- QUADRO CONCEPTUAL, TEORIAS E HIPÓTESES	2
1- Conceitos de insucesso e sucesso escolar	2
1.1. Programas de combate ao insucesso e abandono escolar	6
2- Culturas nacionais da retenção escolar	7
2.1.- As consequências e custos sociais da repetência escolar	7
2.2.- Repetência nos sistemas educativos	8
3- Políticas de educação sem retenção	12
III- METODOLOGIA	14
1- Instrumentos e procedimentos de recolha de informação	15
1.1- Caracterização da amostra	16
2- Contexto empírico do agrupamento de escolas Daniel Sampaio	18
IV- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
1- Apresentação e Discussão dos Resultados	28

CONCLUSÃO	34
BIBLIOGRAFIA	36
FONTES DE INFORMAÇÃO	38
WEBSITES CONSULTADOS	39
ANEXOS	40
Anexo A – Questionário aos professores do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	I
Anexo B – Questionário aos encarregados de educação do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	XI
Anexo C – Guião de entrevista à subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	XV
Anexo D – Guião de entrevista à subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	XVIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I- Perfil do Sistema Educativo, escolaridade obrigatória (adaptado de Gregório, 2010)	13
Quadro II- Declarações sobre a aprendizagem e o sucesso escolar sobre os quais foram solicitados o posicionamento dos professores e encarregados de educação (a partir de uma escala de concordância)	15/16
Quadro III – Distribuição ao longo dos anos do número de habitantes, do concelho de Almada	18
Quadro IV – Densidade populacional da freguesia Charneca de Caparica/Sobreda, 2011	20
Quadro V – Constituição e distribuição da comunidade educativa no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.	21
Quadro VI – Grau de concordância dos professores (%)	29
Quadro VII – Grau de concordância dos encarregados de educação (%)	30

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. - Estrutura do sistema de ensino de Portugal, OCDE 2014	4
Figura 2.1. - Alunos que dizem ter repetido pelo menos um ano na educação básica, 2003 e 2012 (%)	10
Figura 3.1. - Mudança entre 2009 e 2016 nas taxas de repetição Percentagem de alunos que repetiram nos diferentes níveis de ensino	11
Figura 4.1. – Mapa do concelho de Almada	18
Figura 5.1. – Organograma do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	22

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1- Género dos professores,2016 (%)	16
Gráfico1. 2- Género dos encarregados de educação,2016 (%)	16
Gráfico 1.3 –Idade dos professoresinquiridos,2016 (%)	16
Gráfico 1.4 –Idade dos encarregados de educação inquiridos,2016 (%)	16
Gráfico 1.5 – Grau Académico dos professores ,2016 (%)	17
Gráfico1. 6 – Grau Académico encarregados de educação2016 (%)	17
Gráfico 1.7 – Anos de serviço no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio dos professores, 2016 (%)	17
Gráfico 1.8 – Anos de Serviço na Docência (Total) dos professores de educação, 2016 (%)	17
Gráfico 1.9 – Entre o 1º e o 9º ano de escolaridade, aquele que apresenta maior grau de dificuldade (professores), 2016 (%)	28
Gráfico 1.10 – Entre o 1º e o 9º ano de escolaridade, aquele que apresenta maior grau de dificuldade (encarregados de educação), 2016 (%)	28
Gráfico 1.11-Os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos (professores), 2016 (%)	33
Gráfico 12-Os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos (encarregados de educação), 2016 (%)	33

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CNE Conselho Nacional de Educação

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB Produto Interno Bruto

PISA Programme for International Student Assessment

PET Preliminary English Test

GAI Gabinete de Ação e Intervenção

GAA Gabinete de Apoio ao Aluno

SPO Serviço de Psicologia e Orientação

RESUMO

No sentido de se poder compreender qual a aceitação de uma escola sem retenção, procurou-se aprofundar as perceções de sucesso e insucesso de vários atores da comunidade educativa, nomeadamente de professores e encarregados de educação. Para tal realizou-se um estudo de caso numa escola básica integrada onde se identificaram o posicionamento sobre como o conceito é entendido. Segundo os dados de Programme for International Assessment/PISA (OCDE, 2016) cerca de 34% dos jovens portugueses com 15 anos já tinham sido retidos pelo menos uma vez no seu percurso escolar.

A reflexão de partida surge no âmbito dos estudos obtidos pela Comissão Nacional de Educação, divulgados em fevereiro de 2015, com o Relatório Técnico e a Recomendação sobre a Retenção Escolar nos Ensino Básico e Secundário. Partindo destes dados, importa saber como é que se posicionam os atores que dinâmicas e discussões se colocam na definição e promoção do sucesso escolar.

Este trabalho pretende apreender e analisar a vivência, a compreensão e o posicionamento dos diversos agentes/atores sobre a prática da não-retenção escolar, bem como ponderar através da informação recolhida as implicações do princípio da não-retenção escolar em termos e dos seus efeitos numa sobrevivência escolar mais prolongada.

Palavras Chave: sucesso escolar; retenção; escola.

ABSTRACT

In order to understand the acceptance of a school without retention, we tried to deepen the perceptions of success and failure of several actors of the educational community, namely teachers and parents. For this purpose a case study was carried out in an integrated basic school where the positioning on how the concept was understood was identified. According to the Program for International Assessment / PISA (OCDE, 2016), about 34% of 15-year-old Portuguese youth had already been retained at least once in their school year.

The initial reflection comes within the framework of the studies obtained by the National Education Commission, released in February 2015, with the Technical Report and the Recommendation on School Retention in Basic and Secondary Education. Based on these data, it is important to know how the actors that dynamics and discussions are placed in the definition and promotion of school success are positioned.

This paper intends to capture and analyze the experience, understanding and positioning of the various agents / actors on the practice of non-retention in school, as well as to consider through the collected information the implications of the principle of non-retention in terms and its effects Longer school survival.

Keywords: school success; retention; school.

INTRODUÇÃO

A generalização do sucesso educativo é um dos principais objetivos dos sistemas educativos nacionais. Uma das preocupações centrais, que tem estado também presente, é a igualdade de oportunidades, democratização institucional e a inclusão social na escola.

Os diferentes modelos, abordagens e perspetivas sobre as políticas da educação têm-se traduzido em análises sociológicas, socioeconómicas e sócio históricas, com conhecimentos muito relevantes, embora nem sempre convergentes para a fundamentação das políticas.

Considerando ser o sucesso educativo uma problemática de relevo, este trabalho debruça-se sobre a retenção enquanto princípio de atuação docente e da organização escolar, tendo por referência a relação do sistema educativo português com o sucesso educativo.

Pretende-se aqui analisar o tema, nomeadamente procurando identificar os principais obstáculos para uma escola sem retenção. Algumas questões podem ser colocadas a este propósito: se a retenção existente tem funcionado como instrumento para melhorar as aprendizagens com vista ao sucesso escolar? Se caminhamos para uma escola sem retenção?

Nesse sentido, este trabalho tem como pretensão apreender e analisar a vivência, a compreensão e o posicionamento dos diversos agentes/atores sobre a prática da não-retenção escolar, bem como refletir sobre as implicações do princípio da não-retenção escolar em termos dos seus efeitos potenciais nos percursos escolares, com a realização de um estudo de caso no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.

No que se refere à estrutura do presente trabalho, este encontra-se organizado em duas partes. A primeira é o enquadramento teórico, onde se dará um lugar de destaque a conceitos como sucesso e insucesso, cultura e custos da retenção escolar e consequências educativas e sociais da repetência escolar. A segunda parte contempla o plano da recolha e análise da informação e, ainda a apresentação, análise e discussão dos resultados.

Por último, serão apresentadas as conclusões finais e também, as limitações e constrangimentos encontrados na elaboração do presente projeto.

II- QUADRO CONCEPTUAL, TEORIAS E HIPÓTESES

Neste ponto será apresentada a problemática e desenvolvidos conceitos que contribuem para a sua discussão.

Numa democracia como a portuguesa, a educação tem como missão primordial a proteção dos direitos fundamentais e a promoção da capacitação dos indivíduos nas várias esferas de participação numa sociedade do conhecimento.

As realidades escolares são influenciadas não só por fatores externos e políticas educativas nacionais, mas também por fatores sociais, nomeadamente as desigualdades nas condições de vida dos estudantes e suas famílias (Seabra, 2009, Sebastião, 2009). Assim sendo as estratégias educativas a implementar deverão ser sensíveis a contextos socialmente diversificados.

1-CONCEITOS DE INSUCESSO E SUCESSO ESCOLAR

Com a intensificação da globalização nas políticas de educação, o aumento da troca de conhecimentos entre organizações, como as Nações Unidas, União Europeia (EU), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras, vieram reforçar a atenção dada à educação.

Segundo João Formosinho (1991), o sucesso escolar é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola, proposição que sugere que o insucesso é veiculado pela não certificação escolar num determinado nível.

De acordo com Benavente (1990, 1998) o insucesso escolar tem um carácter massivo, constante, precoce, selectivo e cumulativo, esquecendo a individualidade de cada aluno relativamente à sua cultura, linguagem e vivências no seio da família e na comunidade em que se integra.

O insucesso escolar, segundo António Maria Martins e Yvette Parchão (2000), tem dois tipos de conceptualização: quando os alunos não atingem o fim dos ciclos dentro dos limites temporais estabelecidos e outro relacionado com os conteúdos transmitidos e o posicionamento com as saídas profissionais, sendo difícil analisar estes indicadores de forma articulada.

Progressivamente o insucesso escolar deixou de ser encarado como um problema isolado, exclusivamente da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano e passou a ser considerado como um problema social educativo complexo.

Valter Lemos (2013: 157) afirma que a unificação do ciclo complementar do ensino secundário, que desapareceu em 1978, retirou ao ensino secundário o seu contexto primário de preparação para a vida ativa. Este autor apontou três aspetos: a dimensão

sociológica e política, que se prende com a igualdade social; a dimensão do currículo comum (Quadro I) e por último a dimensão económica.

Da análise decorrente da evolução do ensino no século XX em Portugal o esforço orçamental, político e institucional, nos últimos 40 anos, tem sido assinalável para a recuperação do atraso educativo (Mendes, 2014: 657). Com o alargamento do acesso à educação, surge uma maior equidade e igualdade de oportunidades educativas na sociedade portuguesa.

Esta trajetória pode-se definir em três períodos distintos (Rodrigues et al, 2016): entre 1955 a 1974, o período do Estado Novo, entre 1974 a 1985 com a democratização, existindo uma rutura com as regras anteriores, 1986 a 2014, com o início da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, fundamental para a continuidade de políticas de educação.

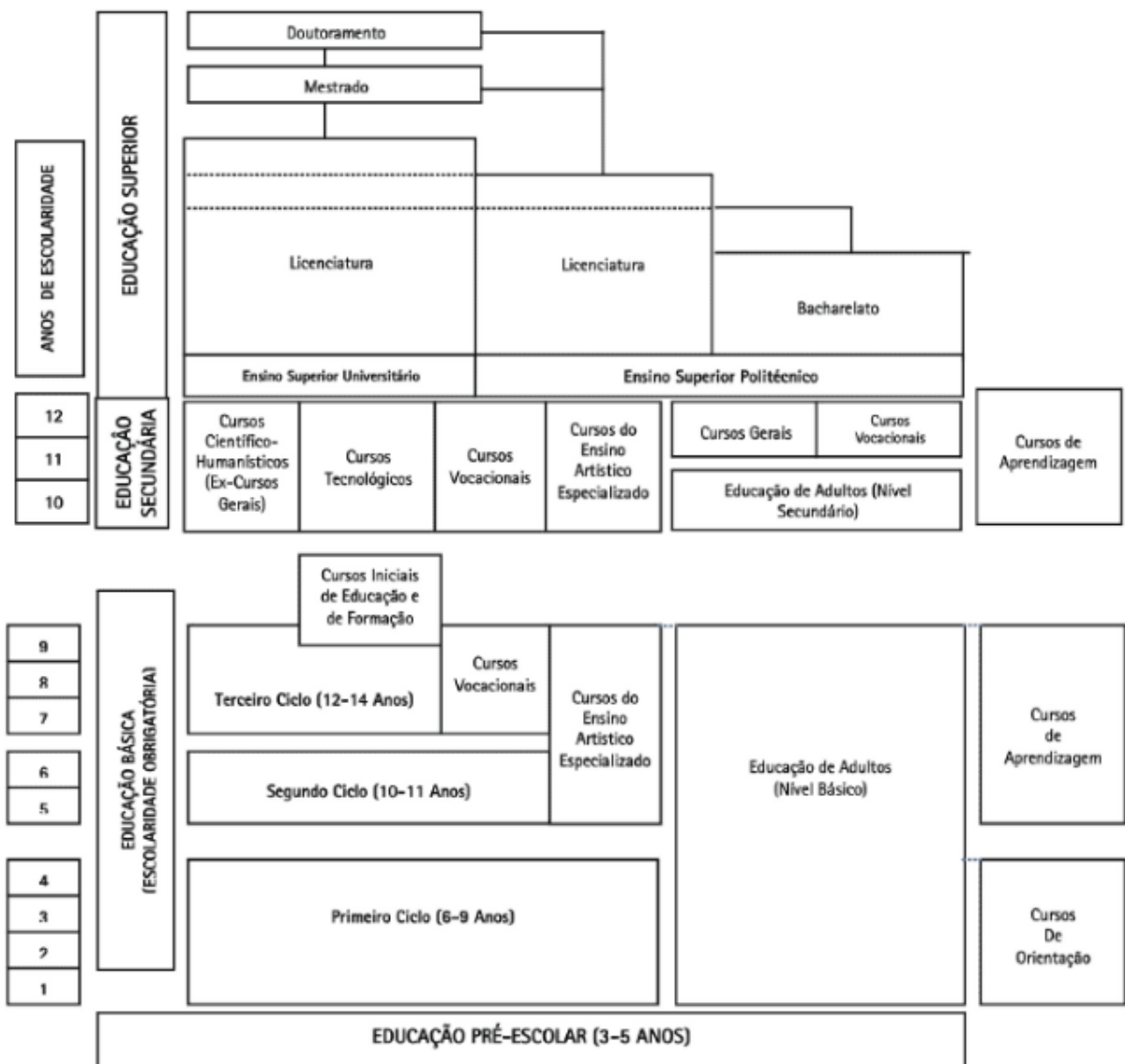
Segundo o Relatório Técnico do Conselho Nacional de Educação de 2015, tem-se verificado que Portugal atinge níveis de acesso à educação semelhantes aos restantes países da OCDE, mas que paralelamente não acontece o mesmo com o sucesso escolar (Saragoça, Verdasca e Oliveira, 2012).

Este relatório refere ainda que a transição escolar (idem, 2012) é uma mudança para um novo ano escolar ou ciclo onde se irão adquirir novos conceitos.

Podem-se considerar alguns tipos de transição: no regime curricular, pedagógico e disciplinar, quando um aluno avança no ano ou ciclo escolar; transição de estabelecimento de ensino, acontece algumas vezes quando na mudança de ciclos (do 2º ciclo para o 3º ciclo, de uma escola básica para uma escola secundária); transição de grupo de amigos, num contexto em que muitas vezes ao longo da vida há mudanças de atitudes e valores escolares (Saragoça, Verdasca e Oliveira, 2012).

Por sua vez, esta transição pode ter impacto no relacionamento de um indivíduo/aluno com o seu contexto local e/ou escolar, no bem estar psicológico, oportunidade de abertura e de novos padrões relacionais que levam a modificações no desenvolvimento pessoal.

Figura 1.1. - ESTRUTURA DO SISTEMA DE ENSINO DE PORTUGAL, OCDE 2014



Fonte: Lemos, Valter (2013), Políticas Públicas de Educação: equidade e sucesso Escolar

Muito do sucesso escolar é medido em termos de um conjunto de alunos que com os seus êxitos individuais, proporciona às escolas êxito.

Segundo Philippe Perrenoud (2003), existem no entanto algumas condicionantes a estes resultados. A seleção individual que as escolas fazem através da rejeição de alunos, a escola considerar apenas os êxitos dos alunos brilhantes e descurar o contexto em que a escola está inserida. Quando o sucesso escolar é medido a nível internacional corre-se o risco na avaliação dos alunos, de levar apenas em conta o

que é ensinado e monitorizado pelo sistema, não tendo em conta outro tipo de aprendizagens adquiridas pelo aluno (Perrenoud, 2003).

Em suma, uma boa escola não pode ser definida apenas pelo número de bons alunos que possui, mas também pelos restantes, por toda a envolvimento em que está inserida.

A centralização de estratégias comuns e normas vem condicionar as respostas que têm de ser dadas a nível do contexto escolar devendo cada estabelecimento de ensino promover medidas de sucesso no âmbito da sua autonomia e projeto educativo, previsto no Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho.

Atendendo a esta centralização comum da organização das escolas, em fevereiro de 2015, o Conselho Nacional de Educação, sugere uma síntese legislativa, para aplicar no sistema educativo ao longo de 20 anos e um resumo de literatura com diferentes perspetivas de vários investigadores sobre a temática da retenção. Faz ainda um levantamento de programas e projetos desenvolvidos em Portugal no âmbito das denominadas Práticas de Sucesso no Combate ao Insucesso (Barata, Calheiros, Patrício, Graça, & Lima, 2012). Apresenta também uma reflexão sobre o sistema de avaliação dos alunos (Despacho normativo n.º 13/2014) e o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (Rodrigues, et al, 2014).

A Recomendação da Retenção (CNE, fevereiro 2015) é um documento com uma série de advertências ao nível da administração educativa central, escolas, alunos e famílias e ao mesmo tempo reforça os cinco grandes desafios do CNE: 1) baixar as taxas de retenção e desistência escolar; 2) responder aos efeitos da queda da natalidade; 3) rejuvenescimento da classe docente; 4) definir currículos em contexto de mudança social e cultural e 5) ajustar as qualificações à estratégia de desenvolvimento do país. Estes desafios por sua vez respondem aos objetivos estandardizados para todos os países da OCDE, em cooperação e com uma avaliação periódica.

Na Recomendação de Retenção (CNE, fevereiro 2015), foram emitidos alguns conselhos de forma a atenuar o fenómeno da retenção: - às escolas “lideranças estratégicas” (CNE,2015, p.15), que definam exigências e competências para o sucesso escolar; - à administração central educativa (CNE,2015, p.14), o repensar da organização do currículo, turmas, horários dos docentes, financiamento das escolas, organização de turmas; - às famílias e alunos (CNE,2015, p.15,16), um maior envolvimento, compromisso e responsabilização, com maior envolvimento nas estruturas organizacionais. Algumas escolas no âmbito da sua autonomia, já praticam muitas destas recomendações.

Por curiosidade, o CNE nunca associa ao currículo a palavra “metas”, pelas quais as disciplinas se têm regido nos últimos anos letivos, mas sempre por competências.

1.1.PROGRAMAS DE COMBATE AO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

O caso do Programa Mais Sucesso Escolar (2012) que apoia o desenvolvimento de projetos de escola que tem como referência os modelos de Sucesso Turma Mais, Fénix e Escola Híbrida, teve como objetivo primordial apoiar os alunos em risco de abandono, reintegrar aqueles que desistiram do seu sucesso escolar e consolidar a oferta educativa e formativa de cursos de dupla certificação no Ensino Secundário.

No modelo da Turma Mais (Fialho & Verdasca, 2013), a escola organiza uma turma sem alunos fixos e agrega temporariamente alunos de várias turmas do mesmo ano de escolaridade. Os alunos ficam sujeitos a um horário semelhante ao da sua turma de origem e com o mesmo professor da disciplina. Os alunos nesta turma beneficiam de apoios mais individualizados com o ritmo de aprendizagem adaptado ao seu. Este modelo pode abranger todo o currículo escolar ou apenas parte dele, que proporcionando uma educação inclusiva e integrada em contexto escolar.

O projecto Fénix (Azevedo e outros, 2014) pretende dar mais apoio individual aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Português, Matemática ou qualquer outra, que sejam sinalizados pela escola com necessidade de melhoria no seu sucesso. Os grupos de alunos que são integrados nas turmas Fénix, chamados de Ninhos, permitem não sobrecarregar os alunos com tempos extra de apoio educativo. Logo que os alunos consigam atingir o nível de desempenho esperado, são integrados na sua turma de origem. Paralelamente, também existem grupos de alunos de excelência para permitir a continuação do seu sucesso.

As escolas Híbridas organizam-se de modo reflexivo, com uma orientação para o reajustamento das práticas letivas, onde os professores decidem quais os grupos de alunos que necessitam de aulas mais diversificadas na sala de aula.

Em muitas destas iniciativas tem-se apontado como instrumento, essencial o trabalho colaborativo dos professores. No quadro de um conjunto de iniciativas legislativas centradas no sucesso escolar, entrou em funcionamento, no ano letivo 2016/2017 o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (Resolução do Conselho de Ministros nº23/2016- Diário da República nº70/2016, Série I de 2016-04-11).

2-CULTURAS NACIONAIS DA RETENÇÃO ESCOLAR

A repetência dos alunos, num mesmo ano escolar, é considerada uma medida administrativa do sistema escolar de cada país, tomada após a avaliação dos resultados dos conhecimentos adquiridos nesse ano curricular.

Um dos focos principais das políticas educativas na União Europeia, é a equidade, no sentido da igualdade de oportunidades, no campo das competências básicas escolares, sendo a escolaridade um dos instrumentos fundamentais para a distribuição dos rendimentos, mobilidade social e de redução da pobreza (Psacharopoulos, 2007; Martins e outros, 2016). Um dos marcos políticos, definido com o propósito de reforçar a coesão social e competitividade na União Europeia foi a Estratégia de Lisboa, tendo como objetivos fundamentais: o crescimento e emprego, promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável através da solidez das contas públicas, da qualificação dos recursos humanos e da inovação. Alguns países têm sistemas escolares menos seletivos e mais abrangentes, atendendo às necessidades específicas de cada estudante. Outros países, agrupam alunos, seja em diferentes escolas ou em diferentes turmas dentro de uma mesma escola, com a tarefa de atender os estudantes de acordo com o seu potencial académico, seus interesses e/ou comportamentos existindo, geralmente, uma maior seletividade. No entanto, há a considerar algumas variáveis que expressam problemas no sucesso das políticas educativas: os recursos utilizados (professores, material pedagógico, etc.), bem como os resultados internos e externos escolares.

2.1.AS CONSEQUÊNCIAS E CUSTOS SOCIAIS DA REPETÊNCIA ESCOLAR

Na análise das políticas públicas de educação, deve ser tido em conta os seus custos sociais. A retenção escolar tem sido alvo de diversos estudos desde o início do século XX, tendo sido objeto de revisão e de análises, para se saber quais os efeitos que produz na aprendizagem, no comportamento e no desenvolvimento do aluno. Um facto indiscutível a nível social, é que em média, quanto maior nível de escolaridade, maior a empregabilidade e de ganhos no mercado de trabalho (Psacharopoulos, 2007). Tem-se notado que a taxa de desemprego em jovens licenciados é menor e, de menor duração, considerando ainda que em média a sua remuneração é maior (Martins e outros, 2015 e 2016).

Uma outra consequência a considerar na repetência é o abandono escolar, trazendo a curto prazo problemas emocionais, de autoestima e motivação (Psacharopoulos,

2007). De facto, um dos efeitos negativos de repetência é a estigmatização e desmotivação do aluno e, não menos importante, a sua probabilidade de abandono, condicionando o prolongamento da sua escolaridade.

Verificando algumas das análises, essencialmente de George Psacharopoulos (2007), os custos sociais de uma retenção escolar, podem trazer consequências também nas economias dos países. Na saúde da população, quanto maior é o nível de escolaridade dos indivíduos, mais elevada é a predisposição para a felicidade e cuidado com o bem estar, maior prática de exercício físico e por outro lado, menor predisposição para ser fumador e obeso, aumentando a qualidade e esperança de vida (Psacharopoulos, 2007). Tendo em conta estes retornos na saúde, um dos benefícios será ao mesmo tempo, nos gastos que a economia desse país tem neste sector.

Outra das consequências do abandono escolar tem a ver com a criminalidade. Embora aqui não se possa fazer leituras lineares, o que se verifica é que se existe mais educação menor é o risco de um indivíduo ter comportamentos ilícitos (Psacharopoulos, 2007). Machin e Meghin (2000) referem no seu estudo realizado no Reino Unido, que um aumento de 10% de média dos salários das pessoas com baixas renumerações reduz a taxa de crimes entre 0,7 e 1 pontos percentuais. O estado beneficiaria de ganhos anuais estimados entre £1,3 e £1,8 bilião de dólares (cerca de 1,6 a 2,3 biliões de euros) em média (Psacharopoulos, 2007).

Na coesão social, verifica-se também um efeito positivo se o nível da escolaridade dos indivíduos for elevado. No trabalho, maiores níveis de educação dos trabalhadores melhora as relações pessoais e interpessoais impulsionando a eficiência laboral (Psacharopoulos, 2007).

Nos últimos estudos realizados pela OCDE (2009), conclui-se que quanto maior é a qualidade de educação maior é a taxa de crescimento económico do PIB per capita.

2.2.REPETÊNCIA NOS SISTEMAS EDUCATIVOS

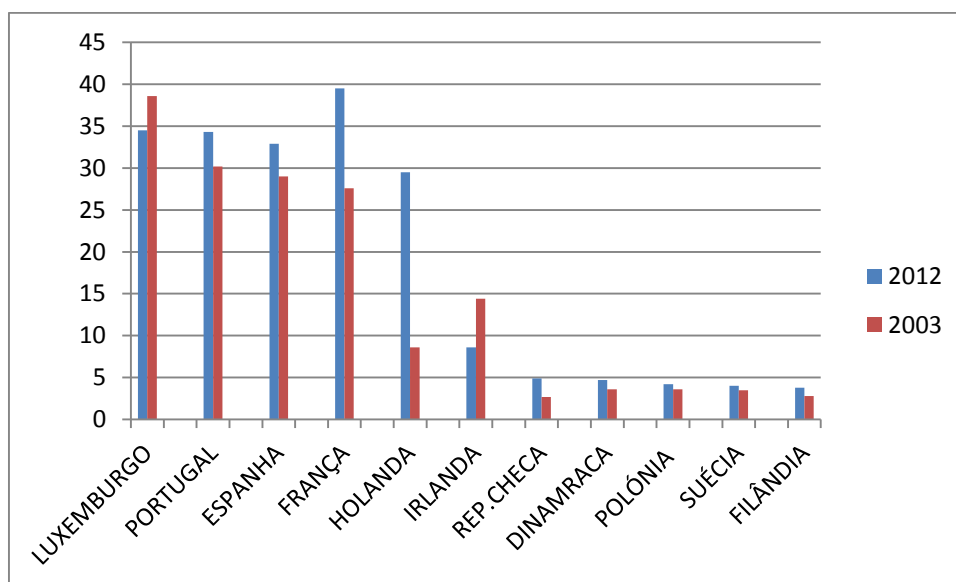
Um dos focos principais na transversalidade das políticas educativas da União Europeia, verifica-se ao nível de equidade, permitindo maior igualdade de oportunidades nas pessoas, no campo das competências básicas escolares, sendo um dos instrumentos fundamentais para a distribuição dos rendimentos e da pobreza (Psacharopoulos, 2007). Alguns países têm sistemas escolares não seletivos e abrangentes, atendendo às necessidades específicas de cada estudante. Outros países, agrupam alunos, seja em diferentes escolas ou em diferentes turmas dentro de

uma mesma escola, com a tarefa de atender os estudantes de acordo com o seu potencial académico, seus interesses e/ou comportamentos existindo uma seletividade. Há a considerar algumas variáveis que permitem aferir alguns problemas no sucesso das políticas educativas: os recursos utilizados (professores, material pedagógico, etc.), bem como os resultados internos e externos escolares.

Podemos afirmar que altos índices de repetência podem ter custos elevadíssimos na economia dos países. Onde existem mais estudantes repetentes o desenvolvimento económico em geral tende a ser mais baixo.

De acordo com estudos do último PISA (OCDE, 2016), a repetência é usada de forma ampla em alguns países, como Portugal. Em média 13% dos estudantes de 15 anos de países da OCDE, referem que repetiram pelo menos uma vez o ano. Ao contrário, 97% dos estudantes de países como a Finlândia, Islândia e Reino Unido dizem nunca ter repetido um ano e no Japão, Coreia do Sul e Noruega não existe repetência nos seus sistemas educativos. Em compensação, na Bélgica, França, Espanha e Portugal - mais de 34% dos alunos afirmaram já ter repetido pelo menos uma vez (Figura 2.1.).

Figura 2.1.- Alunos que dizem ter repetido pelo menos um ano na educação básica, 2003 e 2012 (%)



Fonte: Desenvolvido pelo autor com base no Jornal Público, OCDE,2016 (Pisa 2003 e 2012)

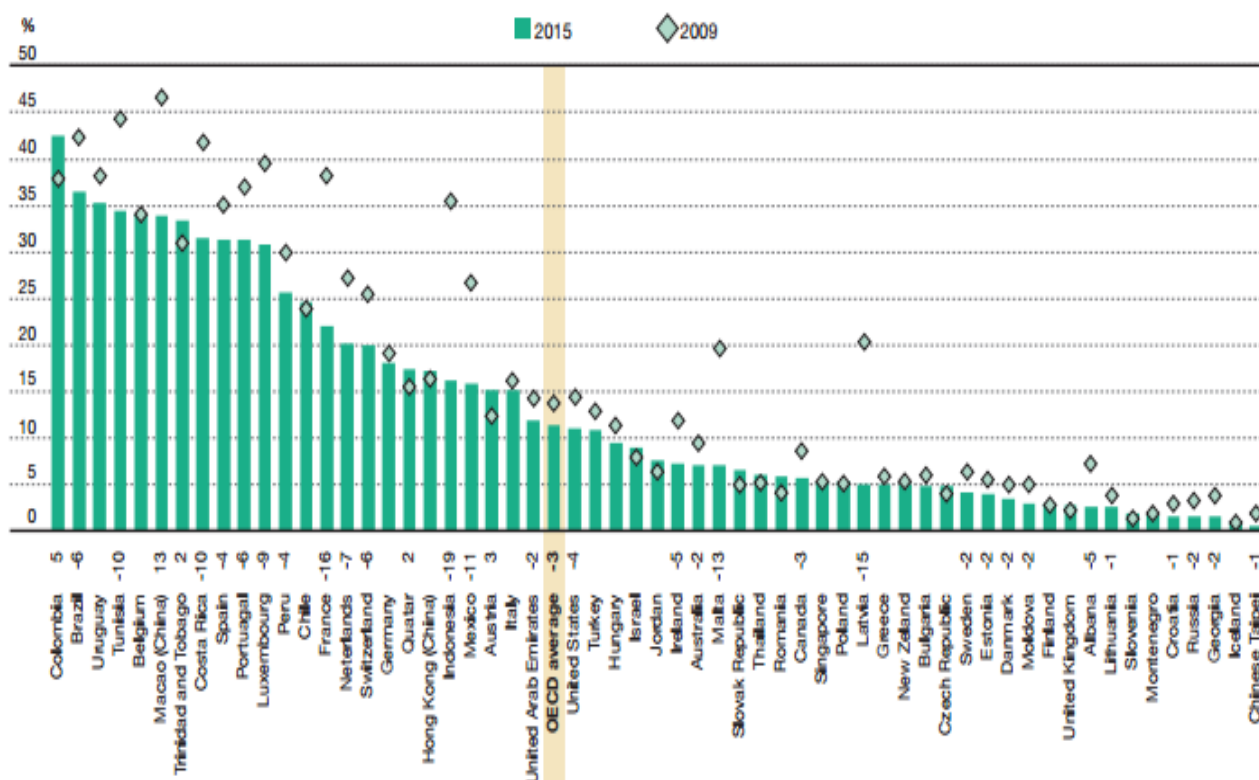
O PISA 2012 (OCDE, 2015) revelava ainda que existem países que adotam o sistema de transferência de alunos das escolas, sejam por motivos de baixo rendimento académico, problemas de comportamento ou por necessidades educativas especiais. Estes países tendem a apresentar uma forte relação entre o ambiente socioeconómico

dos alunos e o rendimento escolar, que se pode traduzir em segregação escolar, onde alunos menos favorecidos tendem a frequentar escolas de baixo desempenho.

Conclui-se, assim, que nos sistemas de educação que têm adotado elevados níveis de repetência e/ou a transferência, não obtêm melhores resultados, estando associado a isto grandes custos para a economia dos mesmos.

No entanto, em Portugal, verificou-se nos últimos estudos do PISA, em 2015 uma redução da retenção dos alunos (Figura 3.1.).

Figura 2.1. -Mudança entre 2009 e 2016 nas taxas de repetição
 Percentagem de alunos que repetiram nos diferentes níveis de ensino



Fonte: OCDE (2016) PISA 2015 RESULTS (VOLUME II): POLICIES AND PRACTICES FOR SUCCESSFUL SCHOOLS

Os líderes escolares não só gerem e administram orçamento, o pessoal e o planeamento da manutenção de edifícios escolares, como também desempenham um papel fundamental na educação. As escolas mais eficazes são lideradas por diretores que definem, comunicam e constroem consenso em torno das metas educacionais da

escola, asseguram que o currículo e as práticas de instrução estejam alinhados com essas metas e promovem relacionamentos sociais saudáveis dentro da comunidade. Os conselhos escolares portugueses têm uma estrutura complexa com quatro ramos que, juntos, supervisionam uma grande variedade de tarefas (Eurydice, 2016): O conselho geral elege o director da escola, aprova o "projecto educativo" e os planos de actividades anuais / plurianuais, examina os resultados da auto-avaliação da escola, participa da avaliação do desempenho do diretor e ajuda a estabelecer relações com outras escolas; O diretor da escola prepara o orçamento, atribui o pessoal docente e não-docente, nomeia chefes de departamentos, seleciona e recruta professores, gerência instalações escolares e outros recursos educacionais, avalia o desempenho e representa a escola; o conselho pedagógico desenvolve o "projecto educativo" e os planos de actividades anuais / plurianuais, organiza programas de desenvolvimento profissional do pessoal, adapta o currículo às necessidades da escola, escolhe os manuais escolares, estabelece o enquadramento para a contratação de professores e a criação de horários escolares e participa das avaliações de desempenho dos professores; o Conselho de Administração gere o orçamento.

3-POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SEM RETENÇÃO

Na maioria dos países, a escolha da escola por parte do aluno e da família, tem essencialmente como critério de admissão a proximidade à residência do mesmo.

As escolas na sua maioria, têm como critério de constituição de turmas a idade e heterogeneidade, sendo o número de alunos variável que oscilam entre uma média de 23 alunos no Canadá (sendo um dos países com menor número de alunos por turma) e, o Japão com uma média de 40 alunos (é um dos países com maior número em termos médios de alunos por turma). Os restantes países oscilam entre os 26 e os 30 alunos. Na Finlândia não existe limite de alunos por turma, onde estes são estabelecidos pelos professores que atendem às características dos mesmos (OCDE 2012).

A progressão automática faz parte da corrente prática em que a retenção é residual e decorre de uma decisão concertada entre pais, professores e outros técnicos, nomeadamente em países como a Austrália, Canadá, Finlândia, Inglaterra, Irlanda e Japão.

No quadro I, pode-se observar a estrutura da escolaridade obrigatória nos países referenciados anteriormente.

Há semelhanças em relação à carga horária a dar à língua materna e matemática, mas noutras áreas são variáveis.

Para superar a reprovação escolar é fundamental procurar definir práticas que promovam um processo educativo contínuo.

Os sistemas de ensino da União europeia e regulação quanto aos métodos de avaliação, escolha de conteúdos, definição de objetivos e de competências, a importância horária a dar às diferentes disciplinas, assim como a seleção de manuais são questões que variam muito entre os diversos países onde estas podem ser decididas a nível local ou a nível ministerial.

Quadro I- Perfil do Sistema Educativo, escolaridade obrigatória (adaptado de Gregório, 2010)

Idade	Nível escolar	Austrália	Canadá (Alberta)	Espanha (P. Basco)	Finlândia	Inglaterra	Irlanda	Japão	
0				Educação Infantil					
1				- 1.º ciclo - (não univ.) NO					
2									
3			Pré-escolar (não univ.)	Educação Infantil		Pré-escolar (univ.) NO	Pré-primária NO	Pré-escolar NO	
4		Pré-escolar (part-time: 12h) NO (univ.)	Pré-escolar (não univ.)	- 2.º ciclo - (univ.) NO		Pré-escolar (univ.) NO	Classe Infantil Júnior (univ.) NO	Pré-escolar NO	
5		Ano preparatório (univ.) NO*	Jardim de infância (univ.) NO			EPO - 1.º ciclo -	Classe infantil sénior (univ.) NO	Pré-escolar NO	
6	1	EPO	EPO	EPO - 1.º ciclo -	Pré-escolar (univ.) NO		EPO - 2.º ciclo -	EPO	EPO
7	2			EBO	EBO	ESO - 3.º ciclo -			
8	3				EPO - 2.º ciclo -				
9	4				EPO - 3.º ciclo -				
10	5			ESO	Secundário inferior	ESO - 1.º ciclo -			
11	6	ESO - 2.º ciclo -							
12	7	ESO superior							
13	8								
14	9								
15	10								
16	11								
17	12								

Legenda:

NO: Não Obrigatória;

EBO: Educação Básica Obrigatória;

EPO: Educação Primária Obrigatória;

ESO: Educação Secundária Obrigatória

* Excepto no Estado da Tasmânia em que a frequência deste ano é obrigatória.

	Educação primária (ISCED 1)
--	-----------------------------

Fonte: Lemos, Valter (2013), Políticas Públicas de Educação: equidade e sucesso Escolar

III-METODOLOGIA

O delineamento da metodologia é um dos pontos essenciais para definir os caminhos da investigação, escolher as técnicas de recolha de dados, as formas de refinamento da recolha e tratamento de informação.

A recolha de informação foi feita através de questionários sobre “Sucesso escolar: Uma Escola Sem Retenção” elaborados e aplicados no mês de maio do ano lectivo 2015/2016, a professores, encarregados de educação e uma entrevista à subdiretora no mês de setembro do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio. Aqueles foram de carácter anónimo e confidencial, realizados online no Google Form. Os questionários destinaram-se a recolher informações sobre a vivência e o posicionamento dos diversos agentes/atores acerca da prática da retenção escolar.

No total dos 192 professores do agrupamento responderam 51, isto é 26,6% onde estão todos os níveis de ensino representados desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino secundário e 37 encarregados de educação.

Do ponto de vista documental, por se tratar de uma organização escolar do 1º, 2º e 3º ciclo está legislado em referência pelo Despacho Normativo nº13/2014, de 15 de setembro, que revoga o Despacho Normativo nº24-A/2012, de 5 de dezembro.

Estabelece os princípios enunciados no decreto-Lei nº139/2012, de 5 de julho, que regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas, os seus efeitos, bem como as medidas de promoção do Sucesso Escolar. Regula ainda os procedimentos para a concretização do período de acompanhamento extraordinário dos alunos.

Constitui ainda regulamentação sobre os efeitos da avaliação sumativa e condições de transição e aprovação nos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo. Esta legislação foi objecto de uma análise documental.

O processo de reorganização escolar, assente na verticalização dos agrupamentos, tem já vários anos e abrangeu grande parte das escolas secundárias que permaneceram isoladas até final de 2012.

Em conformidade com o preconizado na legislação, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo até ao Decreto-lei nº 137/2012, o Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio, criado há apenas dois anos, é uma escola com uma nova realidade de instituição e tem especificidades únicas. Uma vez que as Escolas são organizações complexas com uma vida e uma história próprias.

1. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O presente capítulo destina-se à apresentação dos instrumentos de recolha de informação e do tipo de informação recolhida no decorrer da investigação, primeiro nos inquéritos por questionário aos professores e encarregados de educação e, depois na entrevista com a subdiretora do Agrupamento de escolas Daniel Sampaio.

- 51 Questionários (Anexo B) realizados aos professores do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio; 37 Questionários (Anexo A) realizados aos encarregados de educação do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio; Entrevista semidiretiva (Anexo D) à subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio. A subdiretora do agrupamento começou o seu percurso académico com licenciatura em Inglês, pertencente ao grupo 330. Ao longo dos 33 anos de serviço ocupou diversos cargos: coordenadora da equipa de apoios educativos de apoio à escola, esteve 5 anos na comissão de proteção de crianças e jovens, ocupou o cargo de diretora durante 4 anos do Agrupamento de Escolas de Vale Rosal que posteriormente foi agregado ao Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio, ficando como subdiretora, no qual está há 3 anos. Tem o curso de formação especializada em Administração Escolar, necessário para o cargo que desempenha. Relativamente à entrevista realizada à subdiretora os objectivos gerais centravam-se essencialmente na verificação das estratégias definidas no Agrupamento para o sucesso escolar, recolha de informação relevante que contribua para caracterizar a retenção escolar e perceber quais as suas perceções sobre uma escola sem retenção.

No formulário dos questionários uma das perguntas tinha como objetivo apurar a opinião sobre o ano de escolaridade com maior grau de dificuldade e qual o ator que teria mais importância na influência do sucesso escolar dos alunos.

Todas as restantes solicitavam o grau de concordância em relação a um conjunto de declarações relacionadas com a aprendizagem e o sucesso escolar, apresentando-se no quadro II.

Quadro II- Declarações sobre a aprendizagem e o sucesso escolar sobre os quais foram solicitados o posicionamento dos professores e encarregados de educação (a partir de uma escala de concordância)

A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano	1. Discordo totalmente
Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno	
Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos	2. Discordo
As escolas devem garantir que o aluno aprende	
As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso	3. Não concordo nem discordo
Os professores têm pouca autonomia	
Para determinados alunos a retenção é inevitável	

A retenção é benéfica ao aluno	4. Concordo
A retenção funciona como sucesso educativo	
A retenção escolar é da responsabilidade dos professores	5. Concordo totalmente
A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para os alunos	
Caminhamos para uma escola sem retenção	

Fonte – Desenvolvido pelo autor

1.1. Caracterização da amostra

Responderam ao questionário 21% dos professores que leccionam no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.

Os professores são todos de nacionalidade portuguesa, 90% mulheres (Gráfico 1.1), com um corpo docente bastante envelhecido (Gráfico 1.3) e um grau académico (Gráfico 5) que ronda os 65% de licenciados e 17% e 18% de pós graduados e mestres, respetivamente. A maioria dos professores está no agrupamento há cerca de 2 a 5 anos e leciona há mais de 15 anos (Gráficos 1.7 e 1.8).

Os encarregados de educação que responderam ao questionário foram 37, um de nacionalidade russa, os restantes portugueses sendo 73% mulheres e 27% homens (Gráfico 1.2), em que a maioria das idades está compreendida entre os 36 e 45 anos (Gráfico 1.4). O grau académico (Gráfico 1.6) é de 51% de licenciados.

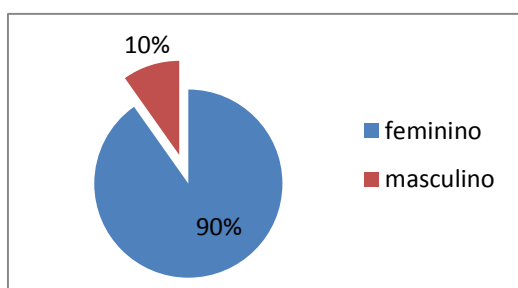


Gráfico 1.1- Género dos professores, 2016 (%)

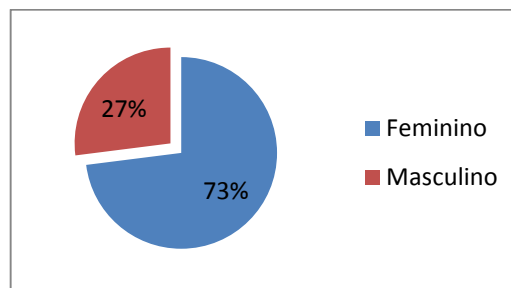


Gráfico 1.2- Género dos encarregados de educação, 2016 (%)

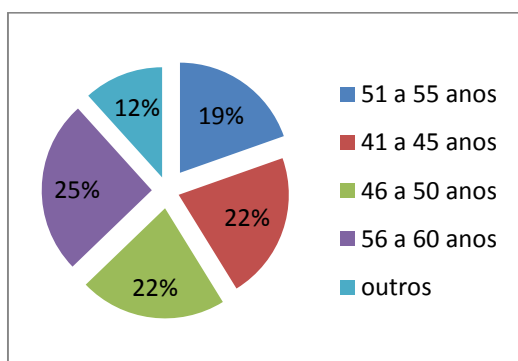


Gráfico 1.3 – Idade dos professores inquiridos, 2016 (%)

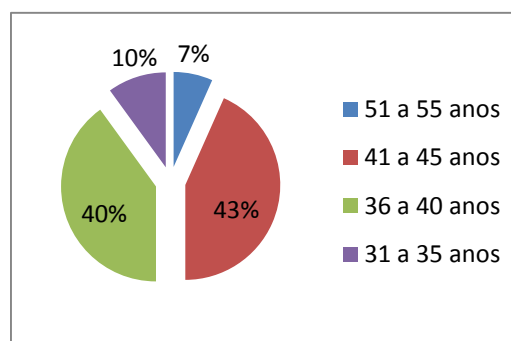


Gráfico 1.4 – Idade dos encarregados de educação inquiridos, 2016 (%)

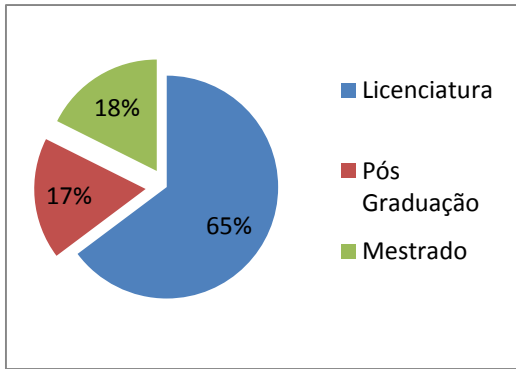


Gráfico 1.5 – Grau Acadêmico dos professores, 2016 (%)

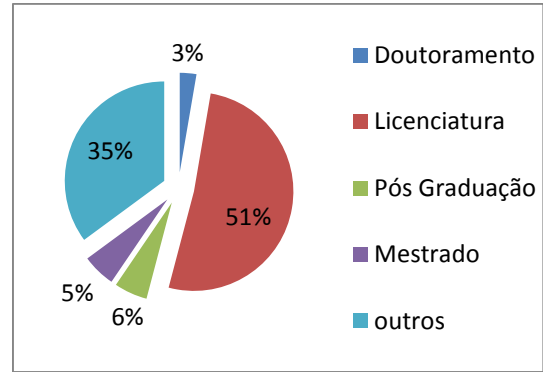


Gráfico 1.6 – Grau Acadêmico encarregados de educação 2016 (%)

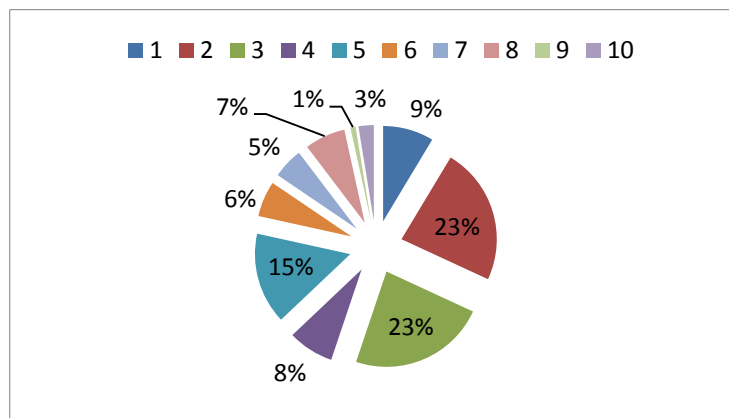


Gráfico 1.7 – Anos de serviço no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio dos professores, 2016 (%)

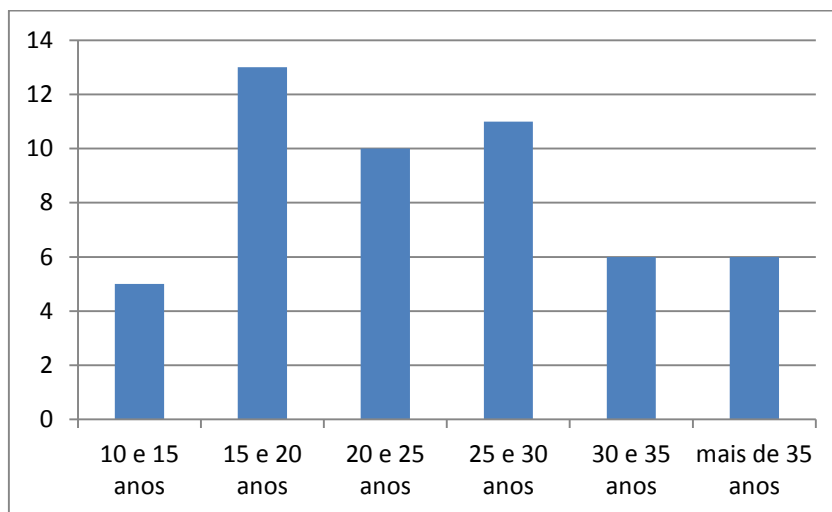


Gráfico 1.8 – Anos de Serviço na Docência (Total) dos professores de educação, 2016 (%)

2.CONTEXTO EMPIRICO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DANIEL SAMPAIO

O Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio situa-se na freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, no concelho de Almada.

A cidade de Almada localiza-se na margem esquerda do rio Tejo, pertence ao distrito de Setúbal e à área metropolitana de Lisboa (AML), ocupando 70,2 km². Almada é sede do município e agora, após a última reforma administrativa, está subdividida em 5 freguesias:

Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas

Caparica e Trafaria

Charneca de Caparica e Sobreda

Costa de Caparica

Laranjeiro e Feijó

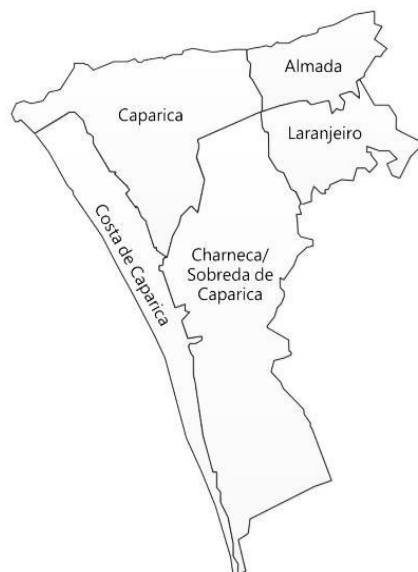


Figura 4.1. – Mapa do concelho de Almada

Em termos populacionais, Almada é o principal concelho da AML com 174030 habitantes (Censos, 2011, INE) e a sexto concelho mais populoso de Portugal. A proximidade do rio Tejo da cidade constituiu, desde sempre, um fator determinante para a fixação de pessoas. Através do seguinte quadro podemos observar a evolução do crescimento populacional do concelho:

Quadro III – Distribuição ao longo dos anos do número de habitantes, do concelho de Almada

Evolução do crescimento populacional do concelho Almada										
Ano	1801	1849	1900	1930	1960	1981	1991		2001	2011
Nº de habitantes	3 363	6 440		15 764	23 694	70 968	147 690	151 783	160 825	174 030

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

De referir, também, que Almada tem apresentado uma enorme capacidade de atração de população mais qualificada e com rendimentos superiores à média nacional. Segundo os resultados dos Censos de 2001, as freguesias urbanas (Almada, Cova da Piedade e Cacilhas) encontram-se mais envelhecidas, enquanto as freguesias de características mais rurais (Caparica, Pragal e Charneca de Caparica) apresentam uma maior percentagem de jovens, também devido ao facto destas áreas terem assistido a um crescimento habitacional, de características atrativas, exponencial. Assim:

- 81.500 habitantes constituem a população ativa do concelho, correspondendo a uma taxa de atividade de 50,6%;
- 76% da população ativa está empregada no sector terciário, refletindo a evolução desta área de atividade nos últimos anos, em detrimento dos sectores industrial e agrícola.
- 55,6% da população tem entre 25 e 64 anos de idade.

Os fatores que contribuíram para um acentuado crescimento populacional, em toda a margem sul do Tejo foram os fortes movimentos internos nacionais, a partir dos anos 40, que trouxeram população do interior do país; o aumento de acessibilidade a Lisboa, na década de 1960 com a construção da Ponte 25 de Abril e as elevadas taxas de natalidade nos anos 60 e 70 do século passado. Contudo, na última década (1997-2007) verificou-se um abrandamento do crescimento populacional (8,6% - explicado pela diminuição das taxas de natalidade, mortalidade, dimensão média da família e aumento do índice de envelhecimento), fenómeno que está generalizado ao resto do país.

No âmbito da reforma administrativa nacional, a freguesia da Charneca de Caparica está hoje ligada à da Sobreda, tendo ocorrido esta junção no mesmo ano em que foi criado este Agrupamento que associa igualmente escolas das duas freguesias.

Estas localidades têm em comum o facto de se situarem em zonas limítrofes do concelho de Almada, por serem zonas semiurbanas e nos últimos anos, mais propriamente em 2011, terem registado um aumento da população de cerca de 50%, relativamente aos censos de 2001. Esta nova freguesia conta agora com cerca de 45 mil habitantes, distribuídos numa área de aproximadamente 30 km².

No que respeita à população, existiam dois tipos de habitantes muito distintos, nesta área geográfica. Os camponeses que trabalhavam as terras das famílias nobres que possuíam quintas de grande valor e as famílias nobres que ocupavam sazonalmente as suas casas. Mais tarde, já em pleno século XX as classes menos favorecidas começam a dedicar-se a outro tipo de atividades, nomeadamente à indústria existente

em Almada. As quintas são expropriadas ou simplesmente vendidas parcelarmente e ocupadas por alguma dessa população.

Quadro IV – Densidade populacional da freguesia Charneca de Caparica/Sobreda, 2011

Freguesia atual			Freguesias antigas		
Freguesia	População (2011)	Área (km ²)	Freguesia	População (2011)	Área (km ²)
Ch. de Caparica e Sobreda	44 929	29,31	Ch. de Caparica	29 763	23,14
			Sobreda	15 166	6,17

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

Entre 2001 e 2011 (anos em que foram realizados os censos) a população residente divide-se entre os habitantes de origem local e os casais jovens que encontraram nesta margem uma melhor qualidade de vida. O aumento significativo da população gerou necessidade de criação de mais serviços em geral, mas também de novas escolas, sendo que as existentes se revelaram insuficientes. Podemos salientar que a maioria dos estabelecimentos de ensino do agrupamento se encontra situada em bairros com edifícios multifamiliares, com menos de 15 anos.

O Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio, criado a 26 de abril de 2013, é constituído por sete escolas diferentes que abrangem todos os níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

A agregação resultou da junção da Escola Secundária com 3º Ciclo Daniel Sampaio, agora sede do Agrupamento, com o anterior Agrupamento de Vale Rosal, que já englobava os dois Jardins de Infância, a EB de Vale Figueira nº2 e a EB de Marco Cabaço. A este conjunto de estabelecimentos de ensino, juntou-se ainda a Escola Básica da Charneca de Caparica, inaugurada em setembro de 2013, coincidindo com o início da realidade do Agrupamento. Um ano depois, por proposta da Câmara Municipal de Almada aprovada em Conselho Geral Transitório, esta escola foi (re)denominada, tendo agora o nome de Escola Presidente Maria Emília. Desta forma, o Agrupamento conta com dois patronos que podem desempenhar o papel de elementos agregadores na afirmação de um Agrupamento de qualidade.

São escolas com dimensões completamente diferentes, pois existem unidades orgânicas com menos de cem alunos, como é o caso dos Jardins de Infância, e outras

com cerca de mil, tal como a escola sede. Por outro lado, algumas das escolas são muito recentes, enquanto outras têm mais de quarenta anos, o que implica que tenham realidades completamente diferentes. Para além da dimensão e da idade servem também públicos distintos, desde crianças de 4 ou 5 anos até adolescentes quase em idade adulta, pelo que têm obviamente dinâmicas diversas que importa, por um lado, preservar e, por outro, uniformizar.

O quadro V mostra em números concretos a realidade de cada escola.

Quadro V – Constituição e distribuição da comunidade educativa no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.

Escolas	Níveis de ensino	Nº Alunos		Turmas/ Salas	Prof./ Educ.	Assist. opera.	Assist. técnicos
		Por ciclo	Total				
ES Daniel Sampaio	3º ciclo	401	1090	41	87	18	9
	Secundário	689					
EB Vale Rosal	1º ciclo	117	836	5	61	20	2
	2º ciclo	418		16			
	3º ciclo	301		12			
EB Presidente Maria Emília	Pré-escolar	74	328	3	4	2	0
	1º ciclo	254		10	11	2	0
EB Vale Figueira nº 2	1º ciclo	100	100	4	5	3	0
EB Marco Cabaço	1º Ciclo	184	184	8	10	5	0
Jl Vale Rosal	Pré-escolar	73	73	3	3	(2)	0
Jl Marco Cabaço	Pré-escolar	73	73	3	3	(2)	0
Totais:		2641		104	192	54 (+4)	11

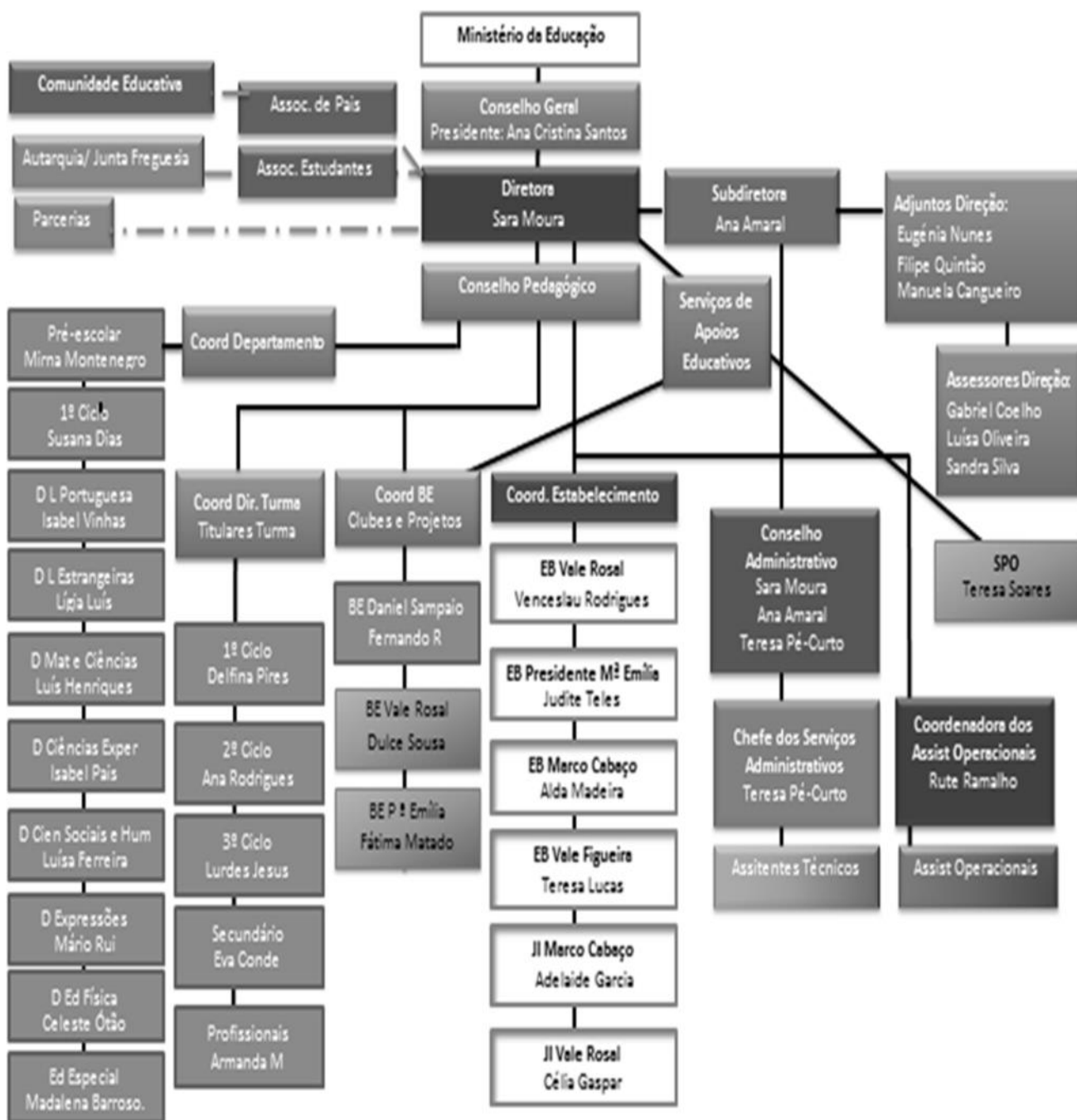
Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

O agrupamento tem mais de 2600 alunos, distribuídos por 104 turmas, sendo 224 alunos do Pré-escolar, 644 do 1º Ciclo, 390 do 2º ciclo, 800 do 3º Ciclo e 586 do Ensino Secundário. O corpo docente, constituído por 192 professores, não é também homogéneo. Enquanto na Escola Secundária grande parte dos docentes pertence ao quadro da escola, nos restantes ciclos, sobretudo no 1º, a realidade é diferente, uma vez que vários professores são quadros de outra escola ou QZP.

No entanto, em todo o agrupamento há apenas 17 docentes contratados.

O Organograma (Figura 5.1.) apresenta a estrutura organizacional e funcional do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.

Figura 5.1. – Organograma do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio



Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio.

Na organização interna da escola tenta-se estabelecer uma gestão de recursos humanos eficiente, funcional e de bem estar no quotidiano escolar, admitindo ser um dos pontos críticos na gestão escolar. Os pais participam através dos conselhos de turma que reúnem trimestralmente, eventos e festas escolares essencialmente dinamizados pela Associação de Pais que também gere a componente da sala de estudo e o gabinete de apoio à família.

A Associação de Estudantes existe apenas na Escola Secundária Daniel Sampaio. Na Escola Básica de Vale Rosal existe representantes de alunos. Em ambos os casos os alunos têm uma participação ativa no agrupamento, tendo uma voz ativa em propor ideias e soluções para a melhoria do sucesso escolar, fomentando atividades de interesse para os alunos.

A autarquia gere o 1º ciclo em todas as escolas pertencentes ao agrupamento e participa no Conselho Geral de Escola, como consta na própria legislação (Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho – Dgae)

O agrupamento apresenta uma série de estratégias definidas para o sucesso escolar. O Apoio ao Estudo no 1º ciclo é de frequência obrigatória e tem por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática. O Apoio ao Estudo no 2º ciclo é de frequência obrigatória apenas para os alunos propostos pelo Conselho de Turma, desde que obtido o acordo dos encarregados de educação, conforme artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho. Os alunos beneficiam de cinco tempos semanais, destinados fundamentalmente ao reforço do apoio nas disciplinas estruturantes (dois tempos), ao desenvolvimento do espírito de iniciativa, organização, autonomia e a estimular o gosto por novos conhecimentos (dois tempos), e um tempo destinado a trabalhar o 'saber ser e estar', atribuído ao Diretor de Turma.

Apoio a Português e Matemática, iniciadas no ano letivo 2016/2017, que visam a promoção do sucesso escolar nas disciplinas estruturantes (Português e Matemática), nos 6º e 9º anos. A lecionação está a cargo dos docentes da própria turma e funciona em desdobramento em 2 blocos de 45 minutos, permitindo assim a constituição temporária de grupos de alunos de homogeneidade relativa. A constituição destes grupos é da responsabilidade do Conselho de Turma, por proposta dos docentes envolvidos, dependendo da especificidade da turma e dos objetivos do trabalho a realizar.

No final de cada período letivo, o Conselho de Turma faz o balanço desta medida, propõe eventuais alterações/ajustes e, no final do ano, avalia os resultados. Paralelamente, os Departamentos Curriculares envolvidos deverão analisar a eficácia e a pertinência da sua continuidade, a decidir em Conselho Pedagógico.

O Gabinete de Apoio aos Exames (destinado exclusivamente aos alunos do Ensino Secundário) é uma estrutura já com alguns anos na Escola Secundária Daniel Sampaio. Trata-se de um complemento de horário, a todas as turmas, nas disciplinas em ano de exame. Assim, no 11º ano todas as turmas dispõem de mais 90 minutos nas disciplinas bienais e no 12º ano nas disciplinas trienais. Este apoio pode ser, ou não, exclusivo por turma ou para duas turmas. Isto é, o docente tem no seu horário, normalmente na componente não letiva, mais 90 minutos por turma ou por cada duas turmas, dependendo da componente não letiva do docente ou do crédito horário. Os alunos não são obrigados a frequentar este apoio, mas na realidade o índice de presenças é bastante elevado. Neste espaço são tiradas dúvidas, trabalhadas questões transversais e reforçados os conteúdos de exame, nomeadamente, através da realização de provas de anos anteriores.

Um espaço importante de trabalho autónomo, mas orientado e supervisionado pelo próprio professor.

Os apoios individualizados, modalidade de apoio destinada a alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem específicas. Disponibiliza-se um espaço onde os alunos, individualmente ou em pequenos grupos, possam apresentar dificuldades e colocar dúvidas, de forma personalizada e de acordo com o seu ritmo de aprendizagem. As situações de apoio devem ser transitórias, pressupondo um diagnóstico das dificuldades do aluno, definição de estratégias pedagógicas e recursos educativos necessários à sua superação.

No 1º ciclo do ensino básico o apoio educativo, incide nos alunos com dificuldades de aprendizagem reveladas e constantes dos seus Planos de Acompanhamento Pedagógico para os 2º, 3º e 4º anos de escolaridade, nas áreas de Português e Matemática, de forma individual ou em pequenos grupos, dentro ou fora da sala de aula, de acordo com a sua especificidade. No 1º ano de escolaridade é utilizada a coadjuvação em sala de aula, nestas áreas, como estratégia adotada pelo Agrupamento.

Esta atividade é exercida pelos docentes de Apoio Educativo, sem titularidade de turma, e desenvolve-se em articulação com os professores titulares.

No 2.º e 3.º ciclo estes apoios deverão, preferencialmente, ser atribuídos aos docentes titulares das disciplinas das turmas, que elaboram o respetivo plano de trabalho.

O trabalho de coadjuvação entre docentes, em contexto de sala de aula, é uma prática que pretende promover a melhoria da qualidade de ensino. No 1º ciclo esta prática ocorre com bastante regularidade, principalmente com os professores responsáveis pelo apoio educativo, e também na lecionação das áreas de Expressões, em

articulação com docentes do 2º ciclo com perfil considerado adequado e na oferta complementar, envolvendo professores do 3º ciclo e secundário.

No 3º ciclo, na Escola sede, a coadjuvação ocorre nas turmas de 8º foram atribuídas mais um bloco de 45 minutos para trabalhar competências no âmbito do PET (Preliminary English Test). Na Escola Básica de Vale Rosal, constrangimentos nos horários inviabilizaram esta medida.

Transversalmente, em todos os níveis de ensino, as docentes de Educação Especial trabalham em contexto de sala de aula, funcionando assim como elemento facilitador da inclusão plena dos alunos com NEE, e auxiliando o professor de turma na implementação de estratégias mais adequadas a alunos com ritmos de aprendizagem diferenciados.

Existe ainda um reforço curricular de 45 minutos na disciplina de Inglês de 8º ano – aprovado pelo Conselho Pedagógico, por proposta do departamento de Línguas Estrangeiras – e justificado com a instituição do PET como exame e do seu peso na avaliação da frequência (20%), a diminuta carga horária e a dificuldade de desenvolver a competência oral em turmas com elevado número de alunos.

Há também um reforço de 45 minutos na disciplina de Matemática A do 10º ano – aprovado pelo Conselho Pedagógico, por proposta do departamento de Matemática – e justificado pela introdução do novo Programa na disciplina e pelo facto destes alunos não terem tido, no ensino básico, o Programa norteado pelas metas curriculares.

Um dos projetos existentes é também o de Tutorias destinado a alunos de 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Os objetivos da tutoria são abrangentes, pretendendo-se promover um maior envolvimento dos alunos na aprendizagem, na aquisição de hábitos, de técnicas e de métodos de estudo e gestão do tempo, ajudando-os a superar as suas dificuldades e a reforçar a sua autonomia na construção de um projeto próprio de aprendizagem e de organização da sua vida escolar.

Visa também, melhorar a integração do aluno no meio escolar através da interiorização de regras e de valores do “saber ser” e do “saber estar”.

O Gabinete de Ação e Intervenção (GAI) e o Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) são constituídos por uma equipa multidisciplinar, prevista no Estatuto do Aluno, por elementos dos seguintes organismos: Gabinete de ação e intervenção (GAI), Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA), Tutorias e Serviço de Psicologia e Orientação (SPO).

A equipa é constituída por membros escolhidos em função do seu perfil, competência técnica, sentido de liderança e motivação para o exercício da missão e coordenados pela Psicóloga.

A atuação da equipa multidisciplinar tem dois grandes objetivos. Por um lado, pretende fazer um trabalho preventivo, ao nível das situações de risco, indisciplina ou abandono escolar e, por outro lado, colmatar da melhor forma as já existentes.

A equipa trabalha direta e indiretamente com as estruturas externas, tais como equipa de saúde, Hospital Garcia de Orta, Hospital de Santa Maria, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Escola segura e as demais que forem necessárias e, a nível interno trabalha diretamente com os alunos, famílias, professores, diretores de turma, sempre em estreita articulação com os órgãos de gestão.

A equipa multidisciplinar oferece, sempre que possível, um serviço que cobre em permanência a totalidade do período letivo diurno, recorrendo para o efeito, designadamente a docentes com ausência de componente letiva, às horas provenientes do crédito horário ou a horas da componente não letiva de estabelecimento, sem prejuízo do incentivo ao trabalho voluntário de membros da comunidade educativa.

O Agrupamento conta, também com dois quadros de reconhecimento do valor dos alunos: - Quadro de Mérito de Valores, que reconhece alunos que tenham desenvolvido iniciativas ou ações nas categorias de: Cidadania, Cooperação, Solidariedade, Mérito Desportivo, Criatividade Artística/Literária e, por outro lado; - Quadro de Reconhecimento Académico que, por sua vez se distingue entre: 1) Quadro de Mérito Académico para alunos que revelem um muito bom desempenho académico e educativo; 2) Quadro de Excelência para alunos que revelem excecionais resultados escolares e produzam trabalhos de excelente qualidade, quer no domínio curricular, quer no domínio das atividades de enriquecimento curricular.

A divulgação, à comunidade, da lista de alunos que integram os Quadros de Mérito e de Excelência é feita através da página online do Agrupamento e em placard de grande visibilidade em todas as escolas. A lista que integra os alunos do Quadro de Mérito Académico e de Quadro de Excelência que é atualizada no final de cada um dos períodos escolares, com exceção do 1.º ciclo do ensino básico que o faz apenas no final do 3.º período. A lista que integra os alunos do Quadro de Mérito de Valores é afixada no final do 3.º período. Os alunos que integrarem os Quadros de Mérito e de Excelência terão direito ao registo do facto no seu processo individual e recebem os respetivos diplomas, no início de cada ano letivo, referentes ao ano letivo transato.

É estratégia do Agrupamento apostar também na vertente desportiva, nomeadamente no Clube do Desporto Escolar, tendo em conta o seu papel na promoção do sucesso educativo, da inclusão e do combate ao abandono escolar. Os grupos-equipa têm como estratégia reforçar a articulação com o currículo e concretizar os objetivos enunciados, através do envolvimento dos alunos na prática desportiva.

No presente ano letivo 2016/2017 foi implementado o Plano de Ação estratégico no âmbito do Programa Nacional Promoção Sucesso Escolar que foi publicado, com data de 11 de abril de 2016, na Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, com a finalidade de promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade da escola pública, que tem como objetivos a atingir no agrupamento: 1) intervir preventivamente sobre os fatores do insucesso escolar; 2) articular conteúdos e objetivos dos diversos níveis com sequencialidade; 3) favorecer o trabalho colaborativo; 4) aferir conteúdos, objetivos, procedimentos e estratégias; 5) promover a interação de alunos de várias idades e ciclos; 5) desenvolver o recurso às Bibliotecas como centros promotores de articulação do currículo, da transdisciplinaridade e das literacias da Leitura, da Informação e dos Media; 6) promover a literacia. Com este plano, o Agrupamento pretende atingir metas como garantir planificações com articulação, sequência e coerência nas várias etapas de aprendizagem, proporcionar três momentos de interação aos alunos em transição de ciclo, com a escola futura que irão frequentar, promover a ação conjunta e transversal das Bibliotecas com os Departamentos e/ou Conselhos de Turma ou ano, na planificação, execução e avaliação das atividades, envolver as turmas iniciais de ciclo numa atividade por período e prestar formação na área da Informática a 100% dos alunos de 5º ano.

IV- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo irei apresentar os resultados da análise do material empírico, nomeadamente a partir dos questionários aos encarregados de educação e aos professores, e a entrevista realizada à subdiretora do agrupamento em estudo.

1. Apresentação e Discussão dos Resultados

Na primeira pergunta pedia-se a opinião sobre qual o ano de escolaridade, que apresentava maior grau de dificuldade. Cerca de 74% dos professores (Gráfico 1.9.), considera o 3º ciclo o mais difícil, com maior relevância para o 8º ano de escolaridade e 27% dos encarregados de educação (Gráfico 1.10) apontam maior dificuldade para o 8º e 9º ano de escolaridade, mas também especificam o 5º ano como um ano escolar difícil com 22% de respostas. A Subdiretora, entrevistada para este trabalho, refere que onde existe mais retenção, e portanto onde são apresentadas maiores dificuldades, são os anos iniciais de ciclo, 5º e 7º ano. Na sua opinião tal deve-se essencialmente ao grau de exigência e às matérias lecionadas se tornarem, nesses anos, mais complexas.

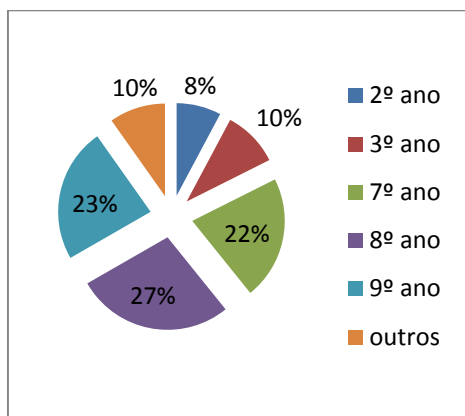


Gráfico 1.9 – Entre o 1º e o 9º ano de escolaridade, aquele que apresenta maior grau de dificuldade (professores), 2016 (%)

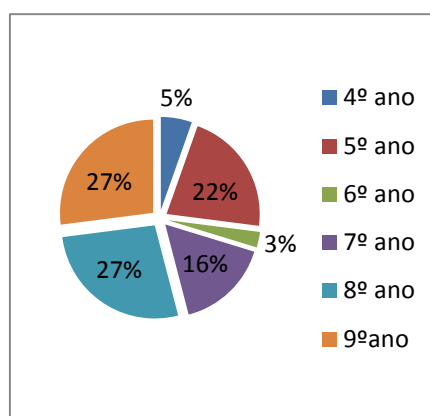


Gráfico 1.10 – Entre o 1º e o 9º ano de escolaridade, aquele que apresenta maior grau de dificuldade (encarregados de educação), 2016 (%)

Nos seguintes quadros (quadro VI e VII) pode-se aferir as respostas dadas pelos professores e encarregados de educação relativamente ao seu grau de concordância com modelos e critérios na definição da avaliação escolar dos alunos (anexos B e C).

Quadro VI – Grau de concordância dos professores (%)

	Grau de concordância					Total
	1 Discordo completamente	2 Discordo	3 Não concordo nem discordo	4 Concordo	5 Concordo totalmente	
A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano	2	2	2	19	75	100
Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno	29	45	18	2	6	
Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos	37	45	8	6	4	
As escolas devem garantir que o aluno aprende	2	0	12	32	54	
As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso	4	16	31	37	12	
Os professores têm pouca autonomia	0	12	33	31	24	
Para determinados alunos a retenção é inevitável	7	13	20	27	33	
A retenção é benéfica ao aluno	14	27	37	18	4	
A retenção funciona como sucesso educativo	31	27	26	10	6	
A retenção escolar é da responsabilidade dos professores	35	29	14	10	12	
A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para os alunos	2	14	41	31	12	
Caminhamos para uma escola sem retenção	6	27	18	41	8	

Fonte – Desenvolvido pelo autor

Quadro VII – Grau de concordância dos encarregados de educação (%)

	Grau de concordância					Total
	1 Discordo completamente	2 Discordo	3 Não concordo nem discordo	4 Concordo	5 Concordo totalmente	
A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano	0	0	3	32	65	100
Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno	3	16	32	38	11	
Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos	13	38	27	22	0	
As escolas devem garantir que o aluno aprende	0	3	5	35	57	
As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso	3	5	27	46	19	
Os professores têm pouca autonomia	3	11	21	57	8	
Para determinados alunos a retenção é inevitável	3	6	16	43	32	
A retenção é benéfica ao aluno	5	11	49	32	3	
A retenção funciona como sucesso educativo	11	21	38	30	0	
A retenção escolar é da responsabilidade dos professores	8	40	30	22	0	
A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para os alunos	0	0	27	51	22	
Caminhamos para uma escola sem retenção	8	24	41	16	11	

Fonte – Desenvolvido pelo autor

Na primeira declaração, onde se afirmava que “A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano”, 75% dos professores e 65% dos encarregados de educação concordam totalmente, havendo uma percentagem de 19% dos professores e 32% dos encarregados de educação que apenas concordam. Nesta podemos concluir que professores e pais consideram, de forma muito expressiva, que se deve

ter em conta os progressos na aprendizagem e avaliação dos alunos ao longo do ano letivo.

Na afirmação “Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno”, 74% dos professores não são recetivos a esta ideia, sendo que 45% discorda e 29% discorda totalmente. Os encarregados de educação, pelo contrário, têm uma postura de maior abertura, 38% concordam e 16% discordam. A Subdiretora da escola tem a mesma opinião dos professores, acrescentando que seria uma medida difícil de implementar visto que os encarregados de educação não têm conhecimento dos programas das disciplinas e seria preciso uma exigente coordenação entre todos e tendo em conta a gestão de tempo, seria muito complicada a sua implementação. Aditando que teria de haver uma reforma profunda de toda a sociedade e dos modos de vivência, prioridades e conhecimentos.

Relativamente à afirmação, “Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos”, dos professores cerca de 45% discordam e 37% discordam totalmente, sendo esta também a opinião da Subdiretora. Os encarregados de educação dividem-se a este respeito, 38% discordam, mas 22% concordam.

Conclui-se que os professores e encarregados de educação concordam que a avaliação do aluno deve ter em conta a evolução ao longo do ano. Em relação à decisão que “o currículo deva ser decidido em conjunto com os pais, alunos e professores” os atores escolares em análise têm, em geral, uma opinião muito diferente: a Subdiretora e os professores discordam, já os encarregados de educação tendem a concordar.

Ambos salientam que as escolas têm de garantir que o aluno aprende. De forma mais concreta, “As escolas devem garantir que o aluno aprende”, 55% dos professores e 57% dos encarregados de educação concordam totalmente, sobressaindo aqui uma maior convergência entre estes dois atores.

Nas afirmações, “As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso” e “Os professores têm pouca autonomia”, mais de 50% concorda ou concorda totalmente com estas afirmações nos dois casos. Nestas duas afirmações os professores e encarregados de educação apresentam respostas muito convergentes face à pouca autonomia que existe por parte dos professores, quanto à pouca liberdade para definir de forma autónoma estratégias que permitam os alunos terem sucesso escolar.

Quando se afirma que “Para determinados alunos a retenção é inevitável” os professores concordam ou concordam totalmente com um registo de 47%, embora seja de sublinhar os 33% que não concordam nem discordam. Já 75% dos encarregados de educação, em relação ao mesmo enunciado, concorda ou concorda

totalmente. Existe assim uma distribuição das opiniões diferente quanto a esta questão. Por parte dos encarregados de educação, estando a grande maioria totalmente de acordo com esta, em termos substantivos é um indicador, que poderá querer dizer, que a cultura de retenção não está só enraizada na escola, mas também, entre os pais e na opinião pública em geral. Os professores dividem-se relativamente ao benefício desta medida. Os encarregados de educação na sua maioria concordam que é benéfica a retenção dos alunos, mas ambos discordam que esta retenção funcione como sucesso educativo. A Subdiretora salienta que a retenção existente não tem funcionado como sucesso educativo e que na grande maioria das vezes desmotiva o aluno, mas existem exceções em que esta medida se torna um fator educativo.

Na afirmação seguinte os professores dividem-se relativamente à afirmação: “A retenção é benéfica ao aluno” - com cerca de 27% a discordarem e em oposição 22% concordam ou concordam totalmente, embora haja 37% que não concordam nem discordam. Os encarregados de educação 49% não concordam nem discordam e 32% concordam.

Quando se afirma: “A retenção funciona como sucesso educativo” 58% dos professores discordam ou discordam totalmente, os encarregados de educação 30% concordam e 38% não concordam nem discordam. Os professores na sua maioria afirmam na resposta que a retenção não contribui para o sucesso escolar na trajetória dos alunos.

No que se refere à afirmação “A retenção escolar é da responsabilidade dos professores”, a maior percentagem destes, dos professores, discorda ou discorda totalmente, com 29% e 35%, respetivamente, totalizando 64% e, 40% dos encarregados de educação a discordarem. A maioria dos docentes, encarregados de educação e a Subdiretora discordam totalmente que a retenção escolar seja da responsabilidade dos professores. A Subdiretora afirma que é da responsabilidade de todos: pais, alunos, professores e tutela. Os dois atores escolares (professores e encarregados de educação) na sua maioria referem que uma retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz, com maior expressão entre os encarregados de educação 75%.

No que concerne à afirmação, “A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para os alunos”, 43% concordam ou concordam totalmente, embora 41% não concorde nem discorde, no que respeita aos professores. Os encarregados de educação, 73% concordam ou concordam totalmente. Os dois atores escolares, professores e encarregados de educação, na sua maioria referem que esse tipo de medidas é eficaz.

Relativamente à afirmação “ Caminhamos para uma escola sem retenção” 41% dos professores concorda com o sentido da afirmação. Se adicionarmos aqueles que se posicionam em concordância total, 8% dos professores, considera-se assim que 49%, cerca de metade, esta concordância é ainda mais significativa. Em contrário, dos encarregados de educação 32% discordam totalmente e discordam e 41% não concordam nem discordam, notando-se assim uma distribuição de opiniões relativamente ao assunto. A Subdiretora responde afirmativamente a esta questão, mas têm de ser dadas respostas a vários níveis da tutela que não têm sido as mais eficientes. Segundo a mesma dirigente escolar, o ideal seria os vários atores escolares aderirem a uma Escola Sem Retenção, mas para isto acontecer teria de haver condições, uma “revolução” nas políticas educativas com mais apoios técnicos de serviço social, psicólogos, de apoio à família e uma grande autonomia às escolas e aos professores.

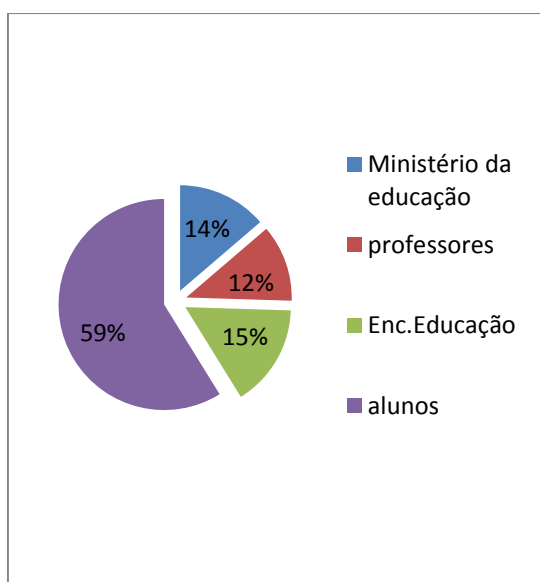


Gráfico 1.11-Os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos (professores) ,2016 (%)

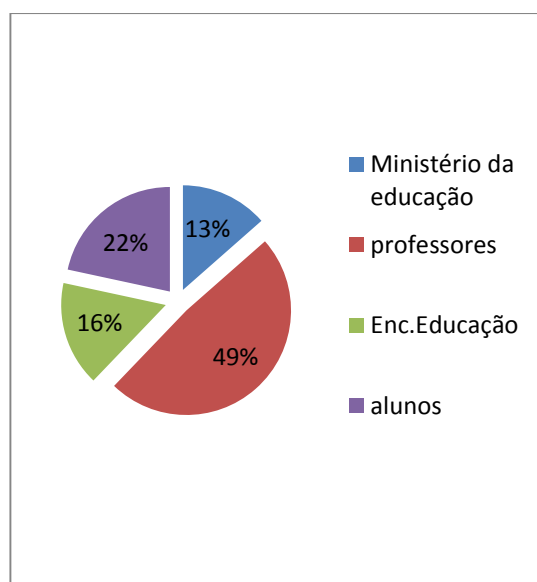


Gráfico 12-Os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos (enc. educação), 2016 (%)

Na afirmação “Quem são os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos” (Gráfico 1.11), os professores consideram que os alunos são os principais responsáveis pelo seu sucesso escolar, ao contrário, os encarregados de educação acham que essa responsabilidade incide essencialmente nos professores (Gráfico 1.12). Conclui-se que há aqui uma discrepância relativamente à responsabilidade sobre o sucesso escolar dos alunos. Os professores são da opinião que os maiores responsáveis pelo seu sucesso escolar são os alunos, já os encarregados de educação pelo contrário, afirmam ser os professores.

CONCLUSÃO

O sucesso escolar é um dos objetivos centrais das políticas educativas implementadas nos diversos países e também em Portugal, sobretudo nos últimos 40 anos. Neste sentido tem-se feito um esforço para o seu alargamento e democratização do ensino.

A ideia de construir uma escola sem reprovação, remete-nos para a reflexão sobre a implementação da progressão continuada e com mecanismos que prescindam da seleção e exclusão de alunos, onde estes sejam inseridos no processo educativo, através da apropriação de conhecimentos.

É imperativo que as políticas educativas continuem a caminhar para o sucesso escolar, numa escola que se posicione com o objetivo da educação e integração de todos os alunos.

Com o objetivo da democratização da educação e inclusão de todos os alunos com sucesso, as recomendações realizadas pelo Conselho Nacional de Educação apontam no sentido de conduzir a organização escolar para uma avaliação sem retenção. Portugal apresenta um enquadramento legal relativamente à educação semelhante ao dos outros países europeus. No entanto, na prática, a retenção é muito mais frequente no nosso país, situação que deveria ser objeto de uma decisão de excecionalidade (Despacho Normativo nº98-A/1992, de 20 de junho), como na maioria dos outros países europeus. A investigação refere que apesar de todos estes programas e planos, em Portugal, mais de 150.000 alunos retidos no mesmo ano de escolaridade, onde cerca de 34% dos jovens portugueses com 15 anos tinham já sido retidos pelo menos uma vez. Os resultados do PISA 2015 (OCDE, 2016) mostram também que, nos sistemas educativos em que a repetição no mesmo grau é mais utilizada, o desempenho geral é menor e a equidade é comprometida.

O presente trabalho realizado no Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio, através de questionários aos professores e encarregados de educação e uma entrevista semidiretiva realizada à subdiretora do agrupamento, visou procurar conhecer e interpretar as respostas e posicionamentos dos diversos atores sobre uma *escola sem retenção*, que agem direta e indiretamente na organização escolar. O trabalho numa primeira fase, abordou sumariamente, alguns dos conceitos que têm sido estudados e investigados em relação ao sucesso, insucesso escolar, a cultura e custos da transição e retenção, bem como as consequências sociais que estes podem trazer.

Numa segunda fase, relativamente ao posicionamento dos atores acerca da prática da não retenção escolar.

São apontados aqui alguns obstáculos para a existência de uma escola sem retenção, tanto a nível de organização escolar como de tutela ministerial, pelos professores, pais

e subdiretora. A maior parte dos encarregados de educação inquiridos são da opinião que deviam ter uma palavra a dizer, juntamente com os professores, relativamente à decisão de currículos, estando os professores menos recetivos a esta ideia. A subdiretora referiu que para existir uma maior coordenação entre os diferentes atores, teria de haver melhor gestão de tempo e uma profunda reforma dos modos de vivência, prioridades e conhecimentos da sociedade.

Relativamente à retenção dos alunos ambos os atores (professores e pais) referem, segundo os dados recolhidos, que esta medida pode ser benéfica para o sucesso escolar. Uma boa parte das respostas dão conta que para determinados alunos a retenção é inevitável. A salientar que de acordo com os encarregados de educação 73% enfatizam o facto de a retenção ser inevitável, o que sugere que a cultura da retenção não está só enraizada na escola, mas também entre pais e opinião pública. Os encarregados de educação responsabilizam, na sua maioria, os professores pela retenção escolar, em contrapartida os docentes frisam que esta quando acontece é, em grande parte, da responsabilidade dos alunos.

Os objetivos deste estudo centraram-se em compreender o posicionamento dos diversos atores sobre a prática da não retenção escolar. Procurou ainda refletir sobre as implicações do princípio da não retenção em termos dos seus efeitos nos percursos escolares.

Este estudo apresenta também um conjunto de limitações, em que muitos dos atores escolares não estiveram predispostos a responder aos questionários. Foi também difícil obter respostas a nível hierárquico, pois os cargos desempenhados pela Diretora, Subdiretora, estão preenchidos com o complexo trabalho relacionados com a gestão de um agrupamento de uma grande dimensão.

Este trabalho, pode ser um ponto de partida para um estudo de carácter regional, ou até mesmo nacional, onde se poderia alargar as influências sociais e condições de vida de uma região e/ou país, o posicionamento dos diferentes atores escolares relativamente a uma escola sem retenção.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, S. (2013). *Abandono Escolar Precoce: Portugal no contexto da União Europeia e nos Censos de 1991, 2001 e 2011*. In Estado da Educação 2013, (392-407). Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Benavente, Ana (1990). *Insucesso escolar no contexto português abordagens, concepções e políticas*. *Análise Social*, vol. XXV, n.º 108-109, 715-733.
- Brophy, J. (2006). *Grade Repetition. Paris/Brussels: The International Institute for Educational Planning (IIEP) and The International Academy of Education*. Bélgica: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Carvalho, R. (1986). *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crahay, Marcel (1996). *Podemos Lutar Contra o Insucesso Escolar?. Lisboa: Instituto Piaget*.
- Eurydice (2011). *Grade Retention during Compulsory Education in Europe Regulations and Statistics*. Education, Audiovisual and Culture Executive Agency.
- European Commission/EACEA/Eurydice/Cedefop, (2014), *Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures*.
- Ferreira, Antonieta, Paula Félix e Rute Perdigão, *Relatório Técnico, Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário, Direção Geral de Educação, 2015*
- Grácio, Anabela, Fernando Almeida, Jorge Manuel de Castro Ferreira Ascenção, *Recomendação, Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário, Direção Geral de Educação, 2015*

- Jimerson, S., Carlson, E., Rotert, M., Egeland, B., & Sroufe, L. A. (1997). A prospective, longitudinal study of the correlates and consequences of early grade retention. *Journal of School Psychology*, 35(1), 3-25.
- Jimerson, S. R. (2001). Meta-analysis of Grade Retention Research: Implications for Practice in the 21st Century. *School Psychology Review*, 30(3), 420–437.
- Justino, David et al.(2014). *Atlas da Educação – Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso*. Portugal, 1991-2012. Lisboa: Cesnova.
- Lemos, Valter (2013). *Políticas Públicas de Educação: equidade e sucesso escolar, Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 73, 2013.
- Martins, Susana da Cruz, Nuno Nunes, Rosário Mauritti, António Firmino da Costa (2016). “A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspetiva das desigualdades educacionais da Europa do sul no contexto europeu”. *Revista Portuguesa de Educação*. Vol.29 no.2
- Perrenoud, Philippe (2001). *Espaces-temps de formation et organisation du travail*. Tempos de Formação, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perrenoud, Philippe (2004). *Os ciclos de aprendizagem. Um caminho para combater o fracasso escolar*. Porto Alegre, Artmed.
- Pinto, J. & Santos, L. (2006). *Modelos de avaliação das aprendizagens*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Psacharopoulos, George (2007). *The Costs of School Failure. A Feasibility Study*. Analytical Report for the European Commission. European Expert Network on Economics of Education, European Commission.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Ramalho, Glória, Philippe Perrenoud, Alejandro Tiana Ferrer (2003). *Avaliação dos Resultados Escolares-Medidas para Tornar o Sistema mais Eficaz*. Edições Asa.

- OCDE (2016). *Results Policies and Practices for Successful Schools*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico Volume II
- Rodrigues, M. L. (2010). *A escola pública pode fazer a diferença*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, M. L. et al (Org.) (2014). *40 anos de políticas de educação em Portugal*. Volume I, Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, M. L. et al (Org.) (2014). *40 anos de políticas de educação em Portugal*. Volume II, Coimbra: Almedina.
- Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 59, 75- 106.
- Sebastião, João (2009), *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 300 p.
- Verdasca, J. L. (2007). *A Dimensão e a Estrutura Composicional da Turma como Fatores de Proficiência Escolar*. *Cadernos de Organização e Administração Educacional*, (1), pp. 1- 43.

FONTES DE INFORMAÇÃO

- ✓ Programa Nacional Promoção Sucesso Escolar, Direcção Geral de Educação, 2016

Legislação:

- Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho- Estabelece organização curricular básico e secundário
- Decreto-lei nº 137/2012- Lei de Bases do Sistema Educativo

- Despacho Normativo nº13/2014, de 15 de setembro- Estabelece princípios orientadores do currículo, da avaliação e da certificação
- Despacho Normativo nº24-A/2012, de 5 de dezembro- Estabelece os princípios orientadores da organização, da gestão e do desenvolvimento dos currículos dos ensinos básico e secundário, bem como da avaliação e certificação dos conhecimentos capacidades desenvolvidos pelos alunos, aplicáveis às diversas ofertas curriculares do ensino básico e do ensino secundário, ministradas em estabelecimentos do ensino público, particular e cooperativo.
- Despacho Normativo nº98-A/1992, de 20 de Junho- As principais orientações e disposições relativas à avaliação das aprendizagens

✓ Websites consultados:

- <http://www.cnedu.pt>
- <http://www.dge.mec.pt>
- <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>
- http://www.eenee.de/portal/page/portal/EENEEContent/_IMPORT_TELECE NTRUM/DOCS/EENEE_AR2.pdf
- <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13010.pdf>
- <http://www.pisa.oecd.org/>
- <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/7920>
- <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10360/10507.pdf>
- <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001520/152038e.pdf>

ANEXOS

Anexo A – Questionário aos professores do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

Questionário Professores

Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção

Este questionário destina-se a recolher informações sobre a vivência e o posicionamento dos diversos agentes/atores acerca da prática da retenção escolar.

O anonimato e a confidencialidade das respostas são integralmente garantidos.

Agradecendo desde já a sua colaboração, pedimos que responda com sinceridade às questões apresentadas.

Não há respostas corretas nem erradas, a sua opinião é sempre válida.

NÃO COLOQUE O SEU NOME EM LADO NENHUM

Idade

- 20 a 25 anos de idade
- 26 a 30 anos de idade
- 31 a 35 anos de idade
- 36 a 40 anos de idade
- 41 a 45 anos de idade
- 46 a 50 anos de idade
- 51 a 55 anos de idade
- 56 a 60 anos de idade
- mais de 61 anos de idade

Género

- Feminino
- Masculino

Nacionalidade *

Texto de resposta curta

Grau Académico *

- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

Níveis de ensino que leciona *

- 1º ciclo do Ensino Básico
- 1º e 2º ciclo do Ensino Básico
- 2º ciclo do Ensino Básico
- 3º ciclo do Ensino Básico
- 2º e 3º ciclo do Ensino Básico
- Secundário
- 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário

Anos de Serviço na Docência (total) *

Texto de resposta curta

Anos de Serviço no Agrupamento/Escola (total) *

Texto de resposta curta

Na sua opinião, entre o 1º e o 9ºano de escolaridade, qual aquele que apresenta maior grau de dificuldade? *

- 2º ano de Escolaridade
- 3º ano de Escolaridade
- 4º ano de Escolaridade
- 5º ano de Escolaridade
- 6º ano de Escolaridade
- 7º ano de Escolaridade
- 8º ano de Escolaridade
- 9º ano de Escolaridade

Por favor, assinale com X o seu grau de concordância em relação a cada uma das afirmações que se seguem

sendo que 1-Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Não concordo nem discordo; 4-Concordo; 5- Concordo totalmente

A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As escolas devem garantir que o aluno aprende *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os professores têm pouca autonomia *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Para determinados alunos a retenção é inevitável *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção é benéfica ao aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção funciona como sucesso educativo *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção escolar é da responsabilidade dos professores *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para o aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Caminhamos para uma escola sem retenção *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Quem são os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos *

Linha 1. Ministério da Educação

Coluna 1. 1º

Linha 2. Professores

Coluna 2. 2º

Linha 3. Encarregados de Educação

Coluna 3. 3º

Linha 4. Alunos

Coluna 4. 4º

Agradeço a sua colaboração.

Anexo B – Questionário aos encarregados de educação do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

Questionário Professores

Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção

Este questionário destina-se a recolher informações sobre a vivência e o posicionamento dos diversos agentes/atores acerca da prática da retenção escolar.

O anonimato e a confidencialidade das respostas são integralmente garantidos.

Agradecendo desde já a sua colaboração, pedimos que responda com sinceridade às questões apresentadas.

Não há respostas corretas nem erradas, a sua opinião é sempre válida.

NÃO COLOQUE O SEU NOME EM LADO NENHUM

Idade

- 20 a 25 anos de idade
- 26 a 30 anos de idade
- 31 a 35 anos de idade
- 36 a 40 anos de idade
- 41 a 45 anos de idade
- 46 a 50 anos de idade
- 51 a 55 anos de idade
- 56 a 60 anos de idade
- mais de 61 anos de idade

Género

- Feminino
- Masculino

Nacionalidade *

Texto de resposta curta

Grau Acadêmico *

- Outro
- Licenciatura
- Pós Graduação
- Mestrado
- Doutorado

Na sua opinião, entre o 1º e o 9ºano de escolaridade, qual aquele que apresenta maior grau de dificuldade? *

- 2º ano de Escolaridade
- 3º ano de Escolaridade
- 4º ano de Escolaridade
- 5º ano de Escolaridade
- 6º ano de Escolaridade
- 7º ano de Escolaridade
- 8º ano de Escolaridade
- 9º ano de Escolaridade

Por favor, assinale com X o seu grau de concordância em relação a cada uma das afirmações que se seguem

sendo que 1-Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Não concordo nem discordo; 4-Concordo; 5- Concordo totalmente

A avaliação deve ter em conta a evolução do aluno ao longo do ano *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os pais, alunos e professores deviam decidir em conjunto o currículo do aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As escolas devem garantir que o aluno aprende *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

As escolas têm pouca autonomia para definir estratégias de sucesso *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Os professores têm pouca autonomia *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Para determinados alunos a retenção é inevitável *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção é benéfica ao aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção funciona como sucesso educativo *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção escolar é da responsabilidade dos professores *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

A retenção acompanhada de apoios individualizados é eficaz para o aluno *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Caminhamos para uma escola sem retenção *

	1	2	3	4	5	
Discordo Totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo Totalmente

Quem são os principais responsáveis pelo sucesso dos alunos *

Linha 1. Ministério da Educação

Coluna 1. 1º

Linha 2. Professores

Coluna 2. 2º

Linha 3. Encarregados de Educação

Coluna 3. 3º

Linha 4. Alunos

Coluna 4. 4º

Agradeço a sua colaboração.

Anexo C – Guião de entrevista à subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio



Guião de entrevista à Subdiretora da Escola

Formulário de questões

Tema

Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção

Objectivos gerais

Verificar quais as estratégias definidas no Agrupamento para o Sucesso escolar

Recolher informação relevante que contribua para caracterizar a retenção escolar

Perceber quais as perceções dos vários atores sobre uma escola sem retenção

Tempo da entrevista

De 50 a 60 minutos

Blocos	Objectivos específicos	Questões	Tópicos
Legitimação da entrevista	Informar acerca das finalidades da investigação Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas		

	Obter autorização para a gravação da entrevista Fazer a transcrição		
Perfil do entrevistado (percurso académico e profissional)	Caracterizar o sujeito Conhecer o seu percurso académico e profissional	Formação Inicial – breve descrição Percurso académico e profissional Formação contínua	Como tem sido o seu percurso académico/profissional? Quanto tempo de serviço tem? Que cargos tem desempenhado? Quantos anos de serviço tem como presidente/directora? Adquiriu alguma formação específica para o exercício do cargo?
Caracterizar a escola onde a entrevistada exerce funções	Conhecer o contexto escolar	Como está organizado o órgão de gestão da escola	Organização interna da escola – pessoal docente, administrativo e auxiliar? Como é que os pais são convidados a participar na vida da escola? Existe Associação de Pais? Existe Associação de estudantes? A autarquia é uma parceira activa?
Entrevista	Estratégias definidas para o sucesso escolar		Que medidas é que o agrupamento desenvolve para que exista sucesso escolar? Quais as actividades que a escola desenvolve para que haja sucesso

			<p>escolar?</p> <p>Como está organizada a escola para definir estratégias de sucesso escolar?</p>
	<p>Caracterizar a retenção escolar no agrupamento</p>		<p>Quais os anos escolares onde existe mais retenção?</p> <p>Na sua opinião qual a razão de existir mais retenção nesses anos escolares?</p> <p>Considera a retenção instrumento para uma melhor aprendizagem?</p> <p>Na sua opinião quem são os responsáveis pela retenção escolar?</p>
	<p>Quais as possibilidades dos vários atores aderirem a uma escola sem retenção</p>		<p>Que acha de os pais, alunos e professores decidirem conjuntamente sobre o currículo dos alunos?</p> <p>Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos?</p> <p>Será que a retenção existente tem funcionado como sucesso educativo?</p> <p>Caminhamos para uma escola sem retenção?</p> <p>Quais os obstáculos para uma escola sem retenção?</p>

Anexo D – Guião de entrevista à subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio



Entrevista à Subdiretora do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio

Tema

Sucesso Escolar: Uma Escola Sem Retenção

Objectivos gerais

Verificar quais as estratégias definidas no Agrupamento para o Sucesso escolar

Recolher informação relevante que contribua para caracterizar a retenção escolar

Perceber quais as percepções dos vários atores sobre uma escola sem retenção

A. Perfil do entrevistado (percurso académico e profissional)

1. Como tem sido o seu percurso académico/profissional?
2. Quanto tempo de serviço tem?
3. Que cargos tem desempenhado?
4. Quantos anos de serviço tem como presidente/directora?
5. Adquiriu alguma formação específica para o exercício do cargo?

B. Caracterizar a escola onde exerce funções

1. Organização interna da escola – pessoal docente, administrativo e auxiliar?
2. Como é que os pais são convidados a participar na vida da escola?
3. Existe Associação de Pais e qual a interacção quem tem com a Escola?
4. Existe Associação de estudantes e qual a interacção quem tem com a Escola?

5. A autarquia é uma parceira activa?

C. Estratégias definidas para o sucesso escolar

1. Que medidas é que o agrupamento desenvolve para que exista sucesso escolar?
2. Quais as actividades que a escola desenvolve para que haja sucesso escolar?
3. Como está organizada a escola para definir estratégias de sucesso escolar?

D. Caracterizar a retenção escolar no agrupamento

1. Quais os anos escolares onde existe mais retenção?
2. Na sua opinião qual a razão de existir mais retenção nesses anos escolares?
3. Considera a retenção instrumento para uma melhor aprendizagem?
4. Na sua opinião quem são os responsáveis pela retenção escolar?

E. Escola sem retenção

1. Que acha de os pais, alunos e professores decidirem conjuntamente sobre o currículo dos alunos?
2. Os pais, alunos e professores deviam decidir a avaliação dos alunos?
3. Será que a retenção existente tem funcionado como sucesso educativo?
4. Caminhamos para uma escola sem retenção?
5. Quais as possibilidades dos vários atores aderirem a uma escola sem retenção?

Agradeço a sua colaboração



Curriculum Vitae

IDENTIFICAÇÃO

<i>Nome: (Completo)</i>	Cristina Maria Rodrigues Branca de Jesus Claro
<i>Morada:</i>	Praceta Ferreira de Mira nº5, 3º Dtº- Quinta Nova
<i>Código Postal:</i>	2820-273 Charneca da Caparica
<i>Telefones de contacto</i>	926717838
<i>Correio electrónico:</i>	cristinaclaro@hotmail.com
<i>Data de Nascimento: (idade)</i>	25 de Março de 1973
<i>Sexo:</i>	Feminino
<i>Nacionalidade:</i>	Portuguesa
<i>Estado Civil: (n.º de filhos)</i>	Solteira (1 filho)
<i>N.º do CC:</i>	10185091 3 ZZ5

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Licenciatura em Ensino na variante de Educação Visual e Tecnológica concluída em 23 de Junho de 1995, com 14 valores, profissionalização em professor de Educação Visual e Tecnológica do Ensino Básico com a qualificação de Bom e Pós graduação em Administração Escolar.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2014-2017	Frequência do Mestrado em Administração Escolar no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) - Instituto Universitário de Lisboa
2014-2016	Conclusão do 1º ano curricular do Mestrado em Administração Escolar no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) - Instituto Universitário de Lisboa com a média ponderada de 15.42
2013-2017	Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e de Educação tecnológica, diretora de turma, professora tutora, coordenadora do clube Recriarte
2012-2013	Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, Professora titular desempenhando funções de avaliadora, diretora de turma, coordenadora do clube Recriarte
2011-2012	Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, diretora de turma, coordenadora do clube Recriarte
2010-2011	Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, Professora Relatora, coordenadora dos diretores de turma do 2ºciclo, diretora de turma
2009-2010	Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, Professora titular desempenhando funções de avaliadora, coordenadora dos diretores de turma do 2ºciclo, diretora de turma, representante de área de Educação visual e tecnológica, coordenadora do clube de Bijutaria
2008-2009	Agrupamento de Escolas Elias Garcia destacada no Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, diretora de turma, representante do clube de Expressões, coordenadora do clube de Artes Manuais
2007-2008	Agrupamento de Escolas Elias Garcia destacada no Agrupamento de Escolas de Vale Rosal - EBI Vale Rosal: Professora de Educação visual e tecnológica, representante de área de Educação visual e tecnológica
2006-2007	Agrupamento de Escolas Elias Garcia – EBI Elias Garcia: Professora de Educação visual e tecnológica, representante do grupo de Educação visual e tecnológica, diretora de turma

2004-2006	Agrupamento de Escolas Elias Garcia – EBI Elias Garcia: Professora de Educação visual e tecnológica
2003-2004	Agrupamento de Escolas Elias Garcia destacada na Escola Básica 2/3 D. Miguel de Almeida: Professora de Educação visual e tecnológica, diretora de turma
1999-2003	Escola Básica 2/3 do Monte da Caparica: Professora de Educação visual e tecnológica, diretora de turma
1998-1999	Escola C+S de Samora Correia: Professora de Educação visual e tecnológica, diretora de turma
1997-1998	Escola C+S de Mariniais: Professora de Educação visual e tecnológica, representante de área de Educação visual e tecnológica, diretora de turma
1996-1997	Escola C+S da Chamusca: Professora de Educação visual e tecnológica e de Educação tecnológica, diretora de turma
1995-1996	Escola Básica 2/3 Professor António Lopes: Professora de Educação visual e tecnológica e de Educação Visual, diretora de turma

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

1996-1997	Formadora de Curso de Adultos em costura e tecidos no Concelho de Chamusca
1997-1998-1999	Presidente da Juventude Socialista de Abrantes e membro da Concelhia do Partido Socialista de Abrantes

OUTRAS QUALIFICAÇÕES (Formação profissional)

22 de Novembro de 2010	Certificação em competências digitais no âmbito do sistema de formação e em competências TIC para docentes
De 28 de Outubro a 18 de Novembro de 2010	Quadros interativos multimédia no ensino/aprendizagem das artes e expressões
De 18 de Outubro a 25 de Outubro de 2008	A prática da avaliação do desempenho docente
De 15 de Maio a 17 de Junho de 2006	A utilização das TIC nos processos ensino aprendizagem

De 11 de Fevereiro a 28 de Maio de 2003	Utilização das TIC em contexto educativo
De 24 de Janeiro a 20 de Junho de 2001	Equipas educativas – Um projeto para a escola
17 de Março de 1998	Projeto educativo
3 de Março de 1998	Autonomia e gestão de escolas
19 de Fevereiro de 1997	Comunicação na sala de aula II- Relação pedagógica
14 de Janeiro de 1997	Resíduos de Sólidos Urbanos (Quercus e Câmara Municipal de Abrantes)
30 de Junho de 1997	Base de informática 1ºano – INFORCULTURA
13 de Novembro de 1996	Relação Professor/aluno e a estabilidade afetiva como fator de valorização do sucesso (Educação para todos - PEPT 2000)

(Seminários)

9 de Fevereiro de 2011	Métodos contraceptivos
6 de Setembro de 2010	Inclusão
30 de Junho de 2009	Avaliação do desempenho docente- a classificação na avaliação do desempenho
26 de Março de 2009	Observação de Aulas
9 de Abril de 2008	Aprender com a diversidade – Comportamento dos alunos: implicações no processo de Ensino-aprendizagem
27 de Fevereiro de 2008	Aprender com a diversidade – Problemas de aprendizagem: compreender para gerir
8 de Fevereiro de 2008	Reflexão em torno do Decreto-regulamentar 2/2008, Avaliação do desempenho do pessoal docente
30 de Janeiro de 2008	Aprender com a diversidade - As dificuldades na aprendizagem da linguagem escrita: contributo para uma reflexão sobre as nossas práticas
3 de Maio de 2006	A direcção de turma: um guia de trabalho